

Diário Oficial

Estado de Pernambuco



Ano LXXXII • Nº 49

Poder Legislativo

Recife, terça-feira, 29 de março de 2005

Violência no Estado preocupa Alepe

Hoje, deputados promovem audiência com secretário da SDS

O crescimento da violência em Pernambuco voltou a ser discutido, ontem, no Plenário da Alepe. Os deputados Roberto Leandro (PT), Mavíael Cavalcanti (PFL), Teresa Leitão (PT), João Fernando Coutinho (PSB), Sérgio Leite (PT) e Soldado Moisés (PRP) concordaram que a população precisa de mais proteção e de profissionais qualificados na segurança pública. Os opositores criticaram o secretário estadual de Defesa Social, João Braga, e ressaltaram "o elevado número de homicídios contabilizados no feriado da Semana Santa, um total de 47 assassinatos em todo o Estado".

Promovida pela Comissão de Defesa da Cidadania, uma audiência pública acontece, hoje, a partir das 10h, no auditório da Casa, com o objetivo de avaliar as políticas implementadas pelo Poder Executivo. De acordo com Roberto Leandro, presidente da Comissão, os índices de violência divulgados pelo Estado são questionáveis. "Dias atrás, publicaram uma matéria paga dizendo que o percentual havia diminuindo, mas a população só vê aumen-



FERNANDO SILVA

PLENÁRIO - Roberto iniciou discussão com vários parlamentares e cobrou providências

tar. Queremos os números reais."

Mavíael Cavalcanti citou a "rotina de assaltos" vivida na região da Mata Norte, especialmente em Macaparana. "A situação está tão séria que o presidente da Câmara de Vereadores foi pedir providências ao delegado responsável e ele disse que não poderia resolver. Segundo o delegado, os policiais estavam 'imobilizados' porque o secretário de Defesa Social é um engenheiro, quando deveria ser um policial. Em seguida, o delegado intimou os vereadores para esclarecer os crimes. Peço que o governador tome providências quanto

a esse delegado, pois nunca vi um policial não ter capacidade para solucionar questões relacionadas à violência", afirmou Mavíael.

De acordo com Teresa Leitão, "o único legado que esse Governo vai deixar para a história do Estado é a conexão de Pernambuco com todas as formas de crime organizado". João Fernando Coutinho ressaltou a dificuldade que deve ser administrar a Secretaria de Defesa Social, pois, durante o Governo Jarbas, de acordo com o parlamentar, houve cinco trocas de secretários. "As intenções de João Braga podem até ser boas, mas não há resultados.

Pelo contrário, ele ainda tenta mascarar os dados, como fez no Carnaval", disse Coutinho.

Sérgio Leite reiterou os pronunciamentos e questionou o novo modelo de segurança. "As viaturas policiais parecem carros de brinquedo. Só servem de enfeite e de publicidade para o Governo pernambucano. Pernambuco está em primeiro lugar em homicídios e tráfico de crianças e o Governo ainda vem dizer que as coisas funcionam", alertou. Soldado Moisés lamentou o aumento no número de mortes durante o feriado. "Oficialmente, foram seis vítimas a mais que em 2004".

Moisés reconhece assaltante

O assalto sofrido pelo deputado Soldado Moisés (PRP), no último dia 17, na comunidade do Coque, teve novo desdobramento. Ontem o parlamentar usou a tribuna para dizer que, no último domingo, foi à Gerência de Polícia da Criança e do Adolescente (GPCA) e reconheceu um dos acusados. "Algumas pessoas insinuaram que o

assalto do qual eu e meu assessor fomos vítimas não passava de armação política para criticar a segurança pública. Fiquei profundamente indignado porque minha honra é a maior riqueza que tenho", declarou.

De acordo com Moisés, o suspeito é um jovem de 17 anos, que assaltou um taxista e dois passageiros, mas, após

o crime foi preso pelos policiais militares Barbosa, Silvío, Alexandre e Maurício. "As delegacias não têm o efetivo suficiente e, por esse motivo, dois policiais civis foram mortos no Coque, em fevereiro, durante uma operação que necessitava de, no mínimo, quatro homens."

O parlamentar criticou a postura do secretário João

Braga, que, "em vez de pensar na segurança, dá ouvidos a boatos", referindo-se à informação que circulou na comunidade do Coque de que ladrões roubariam o armamento da Polícia. "A SDS mandou recolher o armamento profissional. Que mudança de valores é essa? A Secretaria de Defesa Social está temendo os bandidos?", indagou.

Regimento Interno

Projeto deve ser votado ainda neste semestre

O projeto de reformulação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa pode ser votado em Plenário ainda no primeiro semestre deste ano. A previsão é da subcomissão especial que analisa a matéria. O grupo, formado pelos deputados Augusto Coutinho (PFL), José Queiroz (PDT) e Jacilda Urquiza (PMDB), retomou suas atividades na tarde de ontem, promovendo a primeira reunião do ano. Na ocasião, eles analisaram mais 31 artigos do Regimento. O documento possui 269 artigos, dos quais 148 foram estudados pelo colegiado.

De acordo com Augusto Coutinho, a proposta final deverá ser encaminhada para análise da Comissão de Justiça, até o final de abril. "Essa é uma questão importante, que define toda a normatização da Casa. Acredito que com esse trabalho, que está bastante consistente, a Assembléia de Pernambuco sairá na frente das demais. Temos pouco mais de cem artigos para finalizar a análise, o

que deve ocorrer dentro de quatro semanas. A matéria não é de interesse apenas de uma pessoa ou Governo, ela visa ao fortalecimento do Poder Legislativo e fará com que a Alepe se torne ainda mais transparente e próxima da sociedade pernambucana", salientou Coutinho.

Entre os pontos discutidos na reunião, estão os que tratam das Comissões Permanentes e Temporárias. Uma das mudanças propostas restringe para cinco o número de Comissões Especiais funcionando simultaneamente. A quantidade de membros desse colegiado também deverá reduzir de nove para cinco. Outro artigo, que será estudado e elaborado pela Procuradoria da Assembléia, disciplinará as CPIs, definindo direitos, deveres e forma de ação.

Os procuradores Juliana Salazar e Paulo Roberto Pinto; a diretora do Departamento de Assistência Legislativa, Ana Olímpia Severo; e o assessor-técnico da Casa José Carlos Santana também integram o grupo.



ROBERTO SOARES

REUNIÃO - Colegiado retomou, ontem, os trabalhos

Nélson discorda de ação policial no campo

Conflito em Goiânia deixou dois mortos e 26 feridos

A radicalização da luta no campo e na cidade é gerada pela grilagem e pela especulação imobiliária. A avaliação é do deputado Nélson Pereira (PCdoB), referindo-se aos conflitos pela posse de terras no País, em especial, ao ocorrido em Goiás, no último dia 16 de fevereiro, que resultou em duas mortes e 26 feridos. "Milhares de famílias sem-teto foram expulsas a tiros da ocupação Sonho Real, no Parque Oeste Industrial. Foi uma mega-operação militar, que reuniu 2500 soldados fortemente armados, com a finalidade de expulsar o grupo", lamentou o parlamentar, acrescentando que "essas atitudes insensatas e desumanas poderiam ser evitadas, para que crianças e



FERNANDO SILVA

RECURSOS - Parlamentar reivindicou políticas públicas

idosos não fossem constrangidos e ameaçados com armas de fogo".

De acordo com Nélson, o Parque Oeste Industrial tem um milhão de metros quadrados e é considerado improdutivo. Além disso, os proprietários acumulam dívidas de R\$ 3 milhões em impostos. "Em maio do ano passado, quatro mil famílias, cerca de 12 mil pessoas, invadiram a área e começaram a construir a comunidade Sonho Real. A violência militar e a falta de políticas públicas direcionadas aos movimentos sociais que lutam pela posse da terra têm agravado a crise no campo e cabe ao poder público rever esse assunto e reverter as tristes estatísticas de mortes resultantes de conflitos."

Denúncia

FERNANDO SILVA



FERNANDO SILVA



DIVERGÊNCIA - Bruno acusou e João defendeu prefeito

Deputados avaliam crise em Quipapá

As supostas "irregularidades" cometidas pela Prefeitura de Quipapá, localizada na Mata Sul de Pernambuco, levaram o deputado Bruno Rodrigues (PSDB) a pedir, ontem, ao Tribunal de Contas (TCE) e ao Ministério Público de Pernambuco (MPPE) a apuração dos fatos. De acordo com o parlamentar, "o atual prefeito, Reginaldo Machado Dias (PSB), vem perseguindo os servidores e colocando seus parentes nos cargos públicos". O deputado João Fernando Coutinho (PSB) rebateu as acusações e disse que "isso é intriga do antigo prefeito Djalma Correia de Lima (sem partido), que não aceita a derrota".

De acordo com o tucano, a perseguição aos funcionários está acontecendo desde que Reginaldo Machado assumiu a

Prefeitura. "Ele demitiu cerca de 80 servidores efetivos e concursados, aprovou uma lei que extinguiu cargos públicos, reduziu salários e nomeou seus parentes para seis dos 11 postos do primeiro escalão, entre secretarias e procuradorias, além de 22 para o segundo e terceiro escalões", destacou Bruno.

João Fernando Coutinho contestou afirmando que o concurso foi cancelado "por ter sido feito às escondidas pelo antigo prefeito, que tentava colocar os Correia Lima, que são da família, na Prefeitura". "Djalma e o parlamentar Bruno Rodrigues estão tentando desmoralizar um prefeito honrado. O anterior é que precisa se ver com a Justiça, pois cometeu abusos na sua administração e, agora, quer dar uma de bonzinho", ressaltou.

Brejo da Madre de Deus

Pedro Eurico defende administração municipal

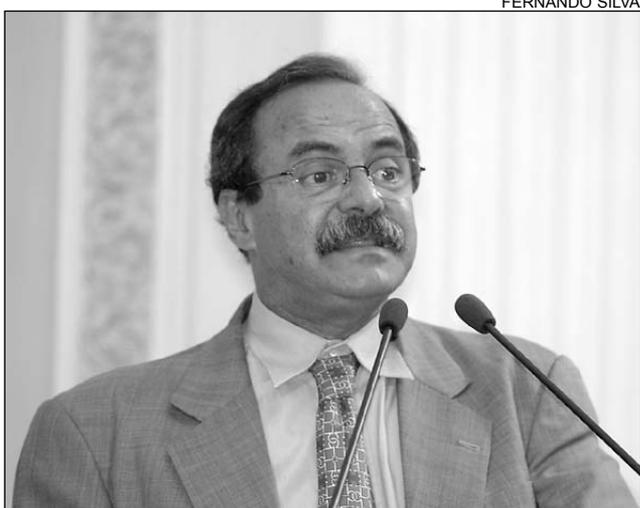
A "seriedade" da gestão do prefeito Roberto Asfora no município de Brejo da Madre de Deus, no Agreste, foi defendida, ontem, pelo deputado Pedro Eurico (PSDB). O parlamentar destacou algumas das ações que vêm sendo implementadas pelo prefeito, em resposta às denúncias feitas por vereadores da cidade

sobre "irregularidades" cometidas pela Prefeitura, em matérias publicadas pela imprensa do Estado.

"Roberto Asfora vem realizando uma administração competente. A gestão paga em dia e de forma correta o salário mínimo dos servidores, diferentemente do que acontecia antes, quando muitos funcionários recebiam

apenas metade desse valor. Além disso, Asfora está construindo obras importantes, como o centro esportivo. Custa crer que pessoas queiram fazer politicagem e reduzir uma gestão séria à brincadeira, à mentira e à calúnia", afirmou. Eurico solicitou que sejam apresentadas provas para as acusações feitas.

O parlamentar ressaltou, também, que a atual administração cumprirá a Lei de Responsabilidade Fiscal, fazendo a cobrança de cerca de R\$ 3 milhões, referentes a impostos atrasados da Sociedade Teatral de Fazenda Nova. "Roberto Asfora tem visão diferenciada, moderna, na qual a administração pública deve ser tratada como uma empresa privada. Aqueles que querem denegrir a imagem de um homem público deve ter o ônus da prova, caso contrário, estarão sujeitos ao delito de calúnia e difamação, previsto no Código Penal", completou.



FERNANDO SILVA

SERIEDADE - Tucano destacou trabalho de Roberto Asfora

PLENÁRIO

Fazendeiro

A tentativa de assalto que resultou na morte do fazendeiro Marcelo Guedes Andrade Lima, no último dia 26, em São Vicente Férrer, foi lamentada por Antônio Moraes (PSDB). Segundo o parlamentar, dois dos cinco acusados ainda estão foragidos, um foi baleado no local do crime e dois foram detidos pela equipe do coronel César Juvenal de Mattos, do 2º Batalhão da PM. "Agradeço o apoio das Delegacias de Macaparana e Limoeiro, que se mobilizaram e impediram que mais um crime caísse no esquecimento", declarou Moraes, solicitando um Voto de Pesar.



PODER LEGISLATIVO

Mesa Diretora: Presidente, Deputado Romário Dias; 1º Vice-Presidente, Deputado Ettore Labanca; 2º Vice-Presidente, Deputado Raimundo Pimentel; 1º Secretário, Deputado João Negromonte; 2º Secretário, Deputado Guilherme Uchôa; 3º Secretário, Deputado Sérgio Leite; 4º Secretária, Deputada Carla Lapa. **Procurador-Geral,** Élio Wanderley de Siqueira; **Diretor-Geral,** Eva Maria de Andrade Lima; **Diretor do Departamento de Assistência Legislativa,** Ana Olímpia Celso de M. Severo; **Diretor do Departamento de Assistência Administrativa,** Graça Augusta Melo da Fonseca; **Diretor do Departamento de Patrimônio,** Genaro Domingues da Silva; **Diretor do Departamento de Informática,** Claudio Godoy; **Diretor do Departamento de Cerimonial,** Socorro Vilça Rodrigues; **Diretor do Departamento de Saúde,** Aldo Mota; **Chefe da Assistência Policial-Militar,** maj. Hermes José de Melo; **Diretor do Departamento Especial de Auditoria e Fiscalização,** Severino Pedro de Albuquerque; **Diretor do Departamento de Comunicação Social,** Christianne Alcântara; **Chefe da Divisão de Imprensa,** Cláudia Lucena. **Editores:** Andréa Tavares. **Redatores:** Andréa Tavares, Antônio Azevedo, Renata Rodrigues. **Fotógrafos:** Roberto Soares, Moisés Barbosa e Carlos Oliveira. **Diagramação e Edição Eletrônica:** Anderson Galvão e Alécio Nicolak Júnior. **Chefe da Divisão de Rádio e TV:** Ana Lúcia Lins. **Repórteres:** Carolina Flores, Natália Câmara, Rosângela Almeida e Verônica Barros. **Operadores de Som:** Aristides Pandelis Frangakis e Alcidezo Ramos. **Estagiários:** Amanda Seabra, Carol Araújo, Isabelle Costa Lima, Karina Cardoso e Renata Costa. **Endereço:** Palácio Joaquim Nabuco, Rua da Aurora, nº 631 - Recife-PE. Fone: 3217-2368. Fax 3217-2107. PABX 3217.2211. **Nosso E-mail:** dimprensa@alepe.pe.gov.br



Nosso endereço na Internet <http://www.alepe.pe.gov.br>

MPPE investiga suspeita de desvios do Fundef

Teresa Leitão elogiou a iniciativa e a reportagem publicada no JC, no último domingo

A investigação que vem sendo realizada pelo Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e a reportagem sobre suspeitas de desvios de verbas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), publicada no *Jornal do Commercio*, no último domingo, foram parabenizadas, ontem, pela deputada Teresa Leitão (PT). "Sem dúvida, eles estão contribuindo com a correta aplicação dos recursos públicos na educação", salientou.

De acordo com a parlamentar, o trabalho do MPPE atinge 15 municí-

pios do Estado e os casos, divulgados no jornal, apontam para desvios na ordem de R\$ 3,86 milhões. "Os gestores públicos se defendem, desafiam os números, contratam advogados. Mas o certo é que o Fundef, desde que foi criado, em 1996, e implantado, em 1998, padece de um grande mal, que é a falta de acompanhamento e de controle social. Os conselhos, instituídos para esse fim, praticamente não funcionaram. Na maioria, seus integrantes estão ligados ao Poder Executivo e, às vezes, são até parentes do prefeito. Até o Conselho Estadual, no qual a Assembleia tem assento, apresenta dificuldades de fun-



ROBERTO SOARES

FISCALIZAÇÃO - Deputada petista disse que falta mais controle e participação social

cionamento", afirmou.

Teresa lembrou que, quando presidiu o Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado (Sintepe), assumiu denúncias sobre irregularidades surgidas na época e que, em 2003, durante seu mandato parlamentar, foi realizado um seminário sobre o tema. "O Governo Federal prepara novas regras de financiamento da educação, num formato mais abrangente e que possibilitará mais dinheiro para Estados e municípios. Por isso, é de fundamental importância que a sociedade desperte para a necessidade de controlar os recursos públicos", completou.

Material sem qualidade

Muros recém-construídos não resistem às chuvas

Os muros construídos recentemente nas Escolas Estaduais Francisco Madeiros e Dom João da Mata Amaral, em Garanhuns, no Agreste, não resistiram às chuvas que caíram na última quinta-feira. A denúncia foi feita, ontem, pelo deputado Izaías Régis (PTB), que criticou o Governo Estadual pela contratação da empresa baiana F.M.R Construtora Ltda. para executar os trabalhos de reforma e ampliação das unidades educacionais. "Ninguém conhece essa empresa e nem sabe quem é o responsável pelas obras", afirmou.

De acordo com o petebista, a construção não tem brita, só areia e cimento. "É um desmando com o dinheiro público. Caiu um muro novo, enquanto outro, muito antigo, não se abalou com o pequeno temporal", disse, acrescentando que as obras começaram em abril do ano passado e têm prazo



FERNANDO SILVA

IZAÍAS - Denunciou problema em escolas de Garanhuns

de dez meses para a conclusão. "Cada escola está recebendo cerca de R\$ 640 mil. Os recursos estão sendo repassados para o Estado pelo Governo Federal, por meio do Projeto Alvorada", informou, questionando, também, a qualidade da construção de um muro de seis metros de altura no centro de recuperação para menores no município.

O parlamentar criticou, ainda, a falta de professores na rede estadual. "A situação é grave. Muitos alunos ainda não têm professor de Língua Portuguesa", frisou, acrescentando que o problema é comum em outras disciplinas. "O que será desses alunos?", questionou, alegando que os professores não denunciavam o fato com medo de represálias.

Prefeitura de Escada

Sílvio acusa Governo de cooptar aliado da Oposição

A possível articulação do Palácio do Campo das Princesas para "atrair" o prefeito de Escada, Jandelson Gouveia (ex-PTB), para o PSDB foi criticada, ontem, pelo deputado Sílvio Costa (PMN). De acordo com o parlamentar, o governador Jarbas Vasconcelos (PMDB) ameaçou "retaliar" o município, na Mata Sul, caso o prefeito não ingressasse na legenda tucana. Para Costa, a "cooptação" foi uma resposta da aliança jarbista ao PTB, que, recentemente, recebeu o reforço do prefeito de Agrestina, Josué Mendes (ex-PMDB). "Mendes oficializou sua filiação numa terça-feira e, no dia seguinte, Gouveia foi levado ao Palácio", afirmou.

Costa disse que usaram, inclusive, o nome do irmão de Gouveia, o ex-prefeito do município conhecido como Galego do Gás. "Alegaram que os processos contra Galego, no Tribunal de Contas do Estado (TCE), poderiam ser agilizados", comentou, ressaltando, porém, a ido-

neidade do TCE.

O deputado Izaías Régis (PTB) aparteou dizendo que "a ação é uma prática normal dos ocupantes do Palácio". O petebista citou o caso do ex-prefeito de Garanhuns Silvino Duarte que, segundo o parlamentar, foi atraído para o PSB, pelo ex-governador Miguel Arraes, e para o PMDB, por Jarbas. "Essa atitude, no próximo ano, será extinta, com a vitória da Oposição", avaliou Ettore Labanca (PTB).

Na avaliação do deputado

Adelmo Duarte (PFL), as acusações de Costa são "infundadas". "A maior prova de que o governador não retalia seus adversários é a relação administrativa que o Executivo Estadual tem com o prefeito do Recife, João Paulo (PT)", defendeu. A deputada Aurora Cristina (PMDB) rebateu a informação de Régis sobre Silvino Duarte. Segundo a parlamentar, "o petebista não conhece o assunto e, portanto, não tem autoridade para falar sobre ele".



FERNANDO SILVA

AMEAÇAS - Executivo teria ameaçado "retaliar" município

Ordem do Dia

Vigésima Quarta Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Quinta Legislatura, realizada em 29 de março de 2005, às 14:30 horas.

Vigésima Quarta Reunião Ordinária da Terceira Sessão Legislativa Ordinária da Décima Quinta Legislatura, realizada em 29 de março de 2005, às 14:30 horas.

Ordem do Dia

Primeira Discussão do Projeto de Resolução nº 870/2005
Autora: Mesa Diretora

Altera dispositivos da Resolução nº 156/91.

Com Emenda Modificativa nº 01 e Emenda Aditiva nº 02 ambas de autoria da Deputada Teresa Leitão.

Parecer Favorável da 1ª Comissão.

Processo de Votação: Nominal

DIÁRIO OFICIAL DE - 3/3/2005.

Primeira Discussão do Projeto de Lei Ordinária nº 874/2005
Autora: Mesa Diretora

Cria cargos de provimento em comissão.

Parceres Favoráveis das 1ª, 2ª e 3ª Comissões.

DIÁRIO OFICIAL DE - 8/3/2005.

Discussão Única do Parecer nº 3801/2005
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Opina pela **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei Ordinária nº 605/2004 de autoria do Deputado Fernando Lupa que dispõe sobre o desligamento de lombadas eletrônicas instaladas nas rodovias federais e estaduais de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/03/2005

Discussão Única do Parecer nº 3971/2005
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Opina pela **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei Ordinária nº 627/2004 de autoria do Deputado Izalás Régis que estabelece normas de segurança pública para os proprietários e condutores de motocicletas no âmbito do Estado de Pernambuco e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/03/2005

Discussão Única do Parecer nº 4007/2005
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Opina pela **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei Ordinária nº 626/2004 de autoria do Deputado Pastor Cleiton Collins que dispõe sobre a garantia de vagas nas escolas públicas estaduais do ensino fundamental e médio e dá outras providências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/03/2005

Discussão Única do Parecer nº 4243/2005
Autora: Comissão de Constituição, Legislação e Justiça

Opina pela **inconstitucionalidade** do Projeto de Lei Ordinária nº 732/2004 de autoria do Deputado Isaltino Nascimento que autoriza o Poder Executivo Estadual a criar a Casa do Teatro Popular de Rua de Pernambuco.

DIÁRIO OFICIAL DE - 29/03/2005

Discussão Única da Indicação nº 3847/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Apelo ao Secretário de Infra-Estrutura objetivando a instalação de uma passarela na BR 232, Km 10, nas proximidades da Escola Henrique Dias, no bairro do Curado, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única da Indicação nº 3848/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Apelo ao Presidente da CTTU objetivando a instalação de um semáforo nas proximidades da Escola Estadual Educador Paulo Freire, circunsrita no bairro do Bongí, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única da Indicação nº 3849/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Apelo ao Presidente da Compesa no sentido de encaminhar uma equipe técnica para a Vila da Cohab, localizada em Caetés II, no município de Abreu e Lima, com a finalidade de solucionar os problemas de abastecimento d’água daquela localidade.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única da Indicação nº 3850/2005
Autora: Dep. Malba Lucena

Apelo ao Diretor da Compesa no sentido de providenciar o concerto da rede de esgotos da Vila dos Contínuos e das Lavadeiras, no bairro de Areias, para que seja evitado o retorno de dejetos sanitários nas residências.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única da Indicação nº 3851/2005
Autora: Dep. Malba Lucena

Apelo ao Presidente da EMLURB no sentido de efetuar a recuperação da tela da quadra de esportes da Praça Alfredo Pinto, na Vila das Lavadeiras, no bairro de Areias, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Diário Oficial do Estado de Pernambuco – Poder Legislativo

Discussão Única da Indicação nº 3852/2005
Autora: Dep. Malba Lucena

Apelo ao Secretário de Defesa Social no sentido de implantar um policiamento bastante ostensivo na Vila das Lavadeiras, dos Contínuos e Cardeal Silva, no bairro de Areias, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única da Indicação nº 3853/2005
Autor: Dep. Sebastião Rufino

Apelo ao Gerente de Relações Institucionais da Telemar no sentido de instalar um “*Orelhão Celular Rural*”, no Centro Comunitário Cazuza no Engenho Patrimônio, em Condado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/3/2005

Discussão Única da Indicação nº 3854/2005
Autor: Dep. Sebastião Rufino

Apelo ao Gerente de Relações Institucionais da Telemar no sentido de implantar o Programa Luz Para Todos, no Engenho Uruae, no município de Condado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/3/2005

Discussão Única da Indicação nº 3855/2005
Autor: Dep. Sebastião Rufino

Apelo ao Secretário de Infra-Estrutura e ao Presidente da Celpe no sentido de implantar o Programa Luz Para Todos, no Engenho Uruae, no município de Condado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/3/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2533/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Voto de Aplauso ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Ministro Carlos Velloso, pela iniciativa de propor mudanças no título de eleitor.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2534/2005
Autora: Dep. Malba Lucena

Voto de Aplausos à Professora Luciana Grassano pela indicação para dirigir a Faculdade de Direito da UFPE.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2535/2005
Autora: Dep. Malba Lucena

Voto de Aplauso à Direção do Jornal do Commercio pela sua passagem dos seus oitenta e seis anos, onde vem se destacando pelo trabalho junto aos meios de comunicação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2536/2005
Autora: Dep. Malba Lucena

Voto de Aplauso ao Prefeito de Ipojuca, Dr. Pedro Serafim de Souza Filho, pela realização da *1 Jornada Ecológica em Porto de Galinhas*.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2537/2005
Autora: Dep. Malba Lucena

Voto de Aplauso à Senhora Evania Margolis, pela inauguração de mais uma filial da Clock’s no bairro de Casa Forte, nesta Capital.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2538/2005
Autora: Dep. Malba Lucena

Voto de Aplausos à TV Globo pela passagem de seus quarenta anos de aniversário, trazendo alegria e gerando emprego para milhares de pessoas.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2539/2005
Autora: Dep. Malba Lucena

Voto de Aplauso à direção do Partido dos Trabalhadores - PT, pela passagem dos seus vinte e cinco anos de fundação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2540/2005
Autor: Dep. Antônio Moraes

Voto de Aplausos para com todos que fazem o Jornal Regional Express, que está comemorando três anos de sua criação.

DIÁRIO OFICIAL DE - 23/3/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2541/2005
Autor: Dep. Pedro Eurico

Solicita que seja realizada no dia 26 de abril uma Reunião em caráter Solene em homenagem aos quarenta anos da Rede Globo de Televisão.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/3/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2543/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Voto de Pesar pelo falecimento da Professora Zenaide Magalhães Cavalcanti ocorrido recentemente.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/3/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2544/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Voto de Aplauso à empresa pernambucana *Novo Projeto*, pela iniciativa de ampliar sua rede com fábrica na Bahia.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/3/2005

Discussão Única do Requerimento nº 2545/2005
Autor: Dep. Augusto Coutinho

Voto de Congratulações à Fábrica *Terphane* pela iniciativa de investir na duplicação da capacidade de produção da sua unidade fabril, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho, neste Estado.

DIÁRIO OFICIAL DE - 24/3/2005

Ata

ATA DA VIGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2005.

Presidência dos Excelentíssimos Senhores Deputados Romário Dias e Jacilda Urquisa.

Ato de abertura da 23ª reunião ordinária da 15ª legislatura, realizada em 23 de março de 2005, às 14h30min.

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de março do ano de 2005 (dois mil e cinco), às 10 (dez) horas, com a presença inicial dos Deputados: Aglailson Júnior, Ana Cavalcanti, Antônio Moraes, Augusto Coutinho, Aurora Cristina, Betinho Gomes, Bruno Araújo, Bruno Rodrigues, Claudiano Martins, Elias Lira, Fernando Lupa, Geraldo Coelho, Jacilda Urquisa, João Negromonte, José Queiroz, Lourival Simões, Malba Lucena, Manoel Ferreira, Marcantônio Dourado, Nelson Pereira, Roberto Leandro, Roberto Liberato, Romário Dias, Sebastião Oliveira Júnior, Sebastião Rufino, Soldado Moisés e Teresa Leitão. Justificaram suas ausências os Deputados: Ana Rodovalho, Antônio Figueirôa, Ceça Ribeiro, Ciro Coelho, Dilma Lins, Ettore Labanca, Henrique Queiroz e Izaías Régis. Constatando o quorum regimental, o Senhor Presidente declara aberta a reunião. Ocupam, respectivamente, as cadeiras de Primeiro e Segundo Secretários os Deputados João Negromonte e Aurora Cristina. Lida é aprovada a ata da reunião anterior. Em seguida, o Senhor Presidente concede a palavra ao Primeiro Secretário que procede à leitura do Expediente. Isto feito, o Senhor Presidente manda o mesmo à publicação. No horário destinado ao Pequeno Expediente, ocupa a tribuna o Deputado Geraldo Coelho para em sua oratória lê o relatório, da Comissão de Educação, do qual é relator do Projeto de Resolução que concede a Medalha de Mérito Esportivo ao Sport Club do Recife. Com a palavra a Deputada Teresa Leitão que inicialmente ratifica o parecer do ilustre Deputado Geraldo Coelho favorável a concessão da Medalha do Mérito Esportivo ao Sport Club do Recife. Prosseguindo, apresenta desagravo ao pronunciamento do Deputado Pedro Eurico no dia de ontem. Continuando, enaltece a postura do Ministro Humberto Costa neste processo de sucessão ministerial. Finalizando, felicita o Deputado Severino Cavalcanti por suas ações na condução da Câmara Federal, bem como o Presidente da República que foi forjado na luta em benefício da população carente. Por último, usa da tribuna o Deputado Roberto Liberato para apresentar voto de congratulações com a Sociedade Musical Nova Euterpe pelos seus cento e nove anos de existência e de bons serviços prestados ao município de Caruaru e ao Estado de Pernambuco. Encerrado o Pequeno Expediente, o Senhor Presidente passa à Ordem do Dia. Em votação, é aprovado em única discussão o Parecer nº 4780/2005, da Décima Terceira Comissão, que oferece Redação final ao Projeto de Lei Ordinária nº 858/2005. Submetido ao Plenário é aprovado em única discussão o Parecer Prévio nº 01/2005, da Segunda Comissão, declarando-se favorável à aprovação da Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco referente ao exercício de dois mil e quatro. Em votação são aprovadas em única discussão as Indicações nºs 3796/2005 a 3823/2005, 3825/2005 a 3846/2005, o mesmo ocorrendo com os Requerimentos nºs 2495/2005 a 2518/2005, 2524/2005 a 2532/2005. Anunciado o Grande Expediente, com a palavra o Deputado Nelson Pereira que em longo pronunciamento vem externar grande preocupação com a grave crise da saúde no Estado de Pernambuco, ressaltando o caos que se instalou no Hospital do Câncer de Pernambuco. Em seguida, cobra providências urgentes das autoridades competentes a fim de sanar o problema. (Assume a Presidência a Deputada Jacilda Urquisa). Ao final, contesta matéria publicada em jornal de autoria da jornalista Marisa Gibson, onde a mesma afirma que a relação entre sua pessoa e a Prefeita Luciana Santos azedou. O orador foi apartado pelos Deputados: Augusto Coutinho e Roberto Leandro. Finalmente ocupa a tribuna o Deputado Augusto Coutinho, último orador inscrito, para apresentar voto de congratulações com a Desembargadora Margarida Cantarelli pelo excelente trabalho que vem executando como Presidenta do Tribunal Regional Federal da Quinta Região. O orador foi apartado pelos Deputados: Soldado Moisés e Nelson Pereira. Fazendo uso da palavra, a Senhora Presidenta em exercício, Deputada Jacilda Urquisa, ratifica o pronunciamento do Deputado Augusto Coutinho parabenizando-o pela homenagem à Desembargadora Margarida Cantarelli. (Reassume a Presidência o Deputado Romário Dias). Esgotada a pauta, o Senhor Presidente despacha à publicação as Indicações nºs 3853/2005 a 3855/2005 de autoria do Deputado Sebastião Rufino e, os Requerimentos nºs 2543/2005 a 2545/2005 da lavra do Deputado Augusto Coutinho, que foram apresentados na reunião de hoje, conforme resumo a seguir: Pelo Deputado Augusto Coutinho, três requerimentos: o primeiro, voto de pesar pelo falecimento da Professora Zenaide Magalhães Cavalcanti; o segundo, voto de congratulações com a fábrica Terphane, pela iniciativa de investir na duplicação da capacidade de produção da sua unidade fabril, localizada no município do Cabo de Santo Agostinho; e o terceiro, voto de aplauso à empresa pernambucana Novo Projeto, pela iniciativa de ampliar sua rede com a fábrica na Bahia; e pelo Deputado Sebastião Rufino, três apelos: o primeiro, aos Senhores: Secretário de Infra-Estrutura e ao Presidente da Companhia Energética de Pernambuco, no sentido de que seja implantado o Programa Luz para Todos no Engenho Uruae; o segundo e o terceiro, ao Senhor Gerente de Relações Institucionais da Telemar no sentido de implantar o sistema de telefonia em residências no Loteamento Novo Tempo; e de instalar um orelhão celular rural no Centro Comunitário Cazuza, no Engenho Patrimônio, esses no município de Condado. Em seguida, o Senhor Presidente encaminha a Primeira, Segunda e Terceira

Recife, 29 de março de 2005

Comissões a seguinte proposição: Projeto de Lei Ordinária nº 890/2005 de autoria do Deputado Augusto Coutinho. (Os Projetos de Lei nºs 887/2005 a 889/2005 oriundos do Poder Executivo foram despachados no Expediente da presente reunião, onde constam os respectivos resumos e os encaminhamentos). Faltaram à presente reunião os Deputados: Adelmo Duarte, Alf, Augusto César, Carla Lapa, Guilherme Uchôa, Isaltino Nascimento, João Fernando Coutinho, Maviael Cavalcanti, Pastor Cleiton Collins, Pedro Eurico, Raimundo Pimentel, Ricardo Teobaldo, Sérgio Leite e Sílvio Costa. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerra a presente reunião convocando outra para a próxima segunda-feira à hora regimental.

Expediente

VIGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA QUINTA LEGISLATURA, REALIZADA EM 28 DE MARÇO DE 2005.

EXPEDIENTE

PARECER Nº 4781 - DA COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO opinando pela aprovação do Projeto de Lei nº 875.
A Imprimir.

PARECERES Nºs 4782, 4783, 4784 E 4785 - DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA opinando favorável aos Projetos de Lei nºs 725, 869, 874 e 875, respectivamente.
A Imprimir.

OFÍCIO Nº 198 - DO GERENTE DE MERCADO ESTADO E MUNICÍPIOS DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL informando liberação de recursos financeiros referente a parcela do Contrato de Repasse nº0151.529-50/PROINTUR/CAIXA/02.
À 2ª Comissão.

OFÍCIO Nº 93 - DO CONSELHEIRO ROMEU DA FONTE PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO encaminhando relatório de atividades do exercício financeiro de 2004.
À 2ª Comissão

OFÍCIO 775 - DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL informando os convênios celebrados entre o Ministério da Justiça e o Estado de Pernambuco no exercício de 2002.
À 2ª Comissão e a Procuradoria Geral.

OFÍCIO Nº 290 - DO CHEFE DE GABINETE DO MINISTRO DO ESPORTE prestando esclarecimento acerca da indicação nº 3540, do Deputado Ricardo Teobaldo.
De-se conhecimento àquele Parlamentar.

OFÍCIOS Nºs 322, 325, 327, 329, 331, 333 E 335 - DO CHEFE DE GABINETE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA prestando esclarecimento acerca das indicações nºs 3614, 3618, 3616, 3615, 3613, 3612 e 3617, da Deputada Dilma Lins.
De-se conhecimento àqueila Parlamentar.

REQUERIMENTO - DA DEPUTADA DILMA LINS justificando ausência das reuniões plenárias dos dias 28 e 29 de março de 2005.
À Publicação.

Ofício TCE

Ofício TCGP

Nº 0093/2005	Recife, 17 de março de 2005.
<p>Senhor Presidente</p>	

Encaminho, em anexo, o RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2004 desta Corte de Contas, em cumprimento ao disposto no §4º do Art. 30 da Carta Magna do Estado, bem como disquete contendo o referido Relatório.

Nesta oportunidade, coloco-me à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários, reiterando a Vossa Excelência e seus dignos Pares protestos da mais alta estima e consideração.

Conselheiro Romeu da Fonte Presidente em exercício
Exmo. Sr. Deputado ROMÁRIO DE CASTRO DIAS Presidente da assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco Rua da Aurora, 631 – Boa Vista Recife – Pe 50.050-000
TRIBUNAL DE CONTAS DE PERNAMBUCO
RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES EXERCÍCIO 2004
RECIFE, FEVEREIRO DE 2005
Apresentação

Inúmeros têm sido os esforços empreendidos ao longo dos últimos anos pelo Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco visando à modernização da instituição com o objetivo de assegurar a efetiva e regular aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade. Traduzem essa modernização a criação da Escola de Contas Públicas Barreto Guimarães e da Ouvidoria,

a implementação do Planejamento Estratégico, a consolidação da Operação Eleições, entre tantas outras ações desenvolvidas por esta Corte no intuito de melhor cumprir sua missão institucional.

Nesse caminho, o exercício 2004 representa um marco no processo de modernização. Elaboramos e submetemos à apreciação da Assembléia Legislativa e do Poder Executivo Estadual três projetos de lei de suma importância para o aperfeiçoamento da atuação do Tribunal. Foram sancionadas as leis 12.594/04, 12.595/04 e 12.600/04, que instituem, respectivamente, a nova estrutura organizacional do TCE-PE, o plano de cargos, carreiras e vencimentos de nossos servidores e a nova Lei Orgânica do Tribunal. Paralelamente trabalhamos na revisão do Regimento Interno, visando a adaptá-lo às inovações trazidas pela nova Lei Orgânica, que constitui um representativo avanço para o desenvolvimento da fiscalização dos recursos públicos por esta Casa.

No campo administrativo, o exercício de 2004 também revela a responsabilidade com a qual a atual gestão conduz este Tribunal. Com a incumbência da verificação do cumprimento das determinações introduzidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal, o TCE-PE novamente tem sido exemplo da fiel observância dos limites por ela impostos na utilização de recursos públicos. Todos os limites da LRF foram plenamente observados na realização de despesas da nossa instituição. Os balanços apresentados na presente prestação de contas e os relatórios de gestão fiscal a ela agregados demonstram com grande clareza a austeridade que norteia a gestão dos recursos públicos a nós disponibilizados. Tomamos diversas medidas para racionalização dos gastos, entre elas o início do processo de aquisição através de compras eletrônicas e de pregões, que se têm constituído, a exemplo do que vem sendo observado em outras instituições, excelentes instrumentos para garantir maior economicidade e agilidade nas aquisições de bens e serviços para os órgãos públicos.

Cientes estamos de que há muito ainda por ser feito. Porém a dedicação e o afincio de todos que compõem esta Casa no cumprimento da missão constitucionalmente conferida conduz-nos a certeza de estarmos contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa.

Recife, 11 de fevereiro de 2005.

Carlos Porto de Barros
Presidente

1. ATIVIDADES DE CONTROLE EXTERNO

1.1 AÇÕES DE FISCALIZAÇÃO

As informações a seguir apresentadas consolidam os resultados alcançados pela Coordenadoria de Controle Externo e suas unidades de fiscalização (Departamento de Controle Estadual - DCE, Departamento de Controle Municipal - DCM, Núcleo de Atos de Pessoal - NAP e Núcleo de Engenharia - NEG), no **exercício de 2004**, com ênfase no “Macroobjetivo I - Fiscalizar e julgar a aplicação de recursos públicos de forma célere e com qualidade” do Plano Operativo Anual, destacando os principais avanços alcançados, assim como oferecendo uma análise apriorística dos indicadores setoriais aferidos em consonância com as metas traçadas para o Planejamento Anual do TCE-PE.

Os dados abaixo representam uma consolidação dos Relatórios Trimestrais encaminhados pelos Departamentos e Núcleos à Coordenadoria de Controle Externo e do Sistema de Planejamento - SISPLAN, observando as diretrizes delineadas pelo Plano de Gestão 2004-2005, bem como as estratégias e prioridades definidas pela Presidência desta Casa, considerando a insuficiência demonstrada dos recursos humanos e materiais disponíveis à consecução das ações estabelecidas no POA 2004 e demais atividades extra-plano, que se encontram insertas nos programas estratégicos que se seguem:

Programa Estratégico 1. Otimização dos trabalhos de auditoria e julgamento;
Programa Estratégico 2. Desenvolvimento e implantação/implementação de novas formas de auditoria;
Programa Estratégico 3. Estímulo à estruturação e fortalecimento dos sistemas de controle interno dos jurisdicionados;
Programa Estratégico 4. Instrumentalização por meio eletrônico da auditoria e julgamento.

O Programa Estratégico 1 apresentou um avanço de **114,8%**, destacando-se as seguintes realizações:

Ação 198 - Aperfeiçoamento da metodologia de fiscalização/auditoria (44,98%):

Normatização do controle externo atualizada parcialmente, em especial as novas regras definidas para os processos de auditoria especial, denúncia e destaque, além da nova sistemática de notificação, em face das mudanças introduzidas pela Lei Orgânica do TCE-PE (Lei nº 12.600/04); Emissão de pareceres técnicos em processos de consulta para matérias emergentes e/ou controversas, em auxílio à Auditoria Geral e Gabinetes dos Conselheiros, com vistas à uniformização dos entendimentos desta Casa e ulterior consolidação da jurisprudência do TCE-PE;
Elaboração de novos programas de auditoria temáticos - inclusive dos procedimentos adotados na Operação Eleições - e atualização dos programas de auditoria consolidados das prestações de contas anuais utilizados na área municipal;
Estudo de novo modelo de atuação da auditoria realizado, contemplando a estruturação dos órgãos de controle do TCE-PE, normatização interna de seus procedimentos e cultura organizacional da instituição;
Realização de auditorias informatizadas de pessoal nas Prefeituras Municipais, visando à consolidação de nova ferramenta;
Utilização do sistema RAP nas análises de admissão de pessoal;
Desenvolvimento de indicadores de desempenho e referência de preços para auditoria de obras;
Revisão dos trabalhos desenvolvidos pelas Inspetorias Regionais e do sistema SAOP, com vistas à padronização de entendimentos e à garantia da qualidade dos Laudos Técnicos de Auditoria de Obras e Serviços de Engenharia;
Definição de novo modelo do relatório de atividades, buscando assimilar as atividades do controle externo que extrapolam a mera fiscalização de processos;
Acompanhamento de todos os provimentos da Corregedoria Geral para o controle externo.

Ação 200 - Melhoria na qualidade da instrução processual e julgamento (42,42%):

Elaboração de Resolução para disciplinar a instrução dos processos de aposentadoria e instrução às Inspetorias Regionais.

A regulamentação da instrução dos processos e sua tramitação no Tribunal foi reprogramada para o POA 2005, dentro da ação prevista para a conclusão do novo Regimento Interno do TCE-PE, face ao disciplinamento dado pela Lei Orgânica aos tipos processuais.

Ação 201 - Aperfeiçoamento do nexa processual (105%):

Implantação do nexa processual no TCE-PE (elaboração das Resoluções TC nº 04/04 e 14/04), com definição de rotina, juntamente com os Gabinetes do Conselheiros e dos Auditores, Corregedoria Geral, Procuradoria Geral e Departamento de Expediente e Protocolo - DEP;
Definição de protótipo - validado pelo Conselho - para inclusão do módulo de nexa processual no sistema AP.

Ação 202 - Redução do estoque de processos do TCE (110,99%):

Realização de todos os 3 processos de análise de procedimentos licitatórios ingressados até 2003 e 111,1% dos processos de APL previstos para realizar em 2004 no Estado (20 processos);
Realização de todas as 23 diligências e análises de defesa solicitadas ao DCE até 2003 e 427,08% das diligências/apreciações de defesa previstas para 2004 nos processos da área estadual (205 revisões);
Auditação de todas as prestações de contas anuais dos órgãos e entidades estaduais ingressadas até 2003 (26 processos) e 104,84% das prestações de contas anuais previstas para 2004 (108 processos);
Análise de 99,29% dos processos parciais (despesa normal, suprimento individual, repasse financeiro, incentivo à cultura e subvenção social) ingressados até 2003 (141 processos) e 44,5% dos processos previstos para ingressar em 2004 (130 processos), considerando, entretantes, a superavaliação da estimativa;
Análise de todos os recursos encaminhados pelo Ministério Público de Contas ao DCE (200% da estimativa inicial);
Apreciação de todas as prestações de contas dos candidatos, comitês e partidos políticos encaminhadas pelo TRE ao TCE-PE (388% da quantidade estimada);
Realização de 436 diligências e análises de defesa solicitadas ao DCM (145,47% do estimado);
Auditação de 96,93% dos processos de prestação de contas anuais de Prefeitura Municipal previstos para 2004 (137 processos);
Auditação de 97,59% dos processos de prestação de contas anuais de Câmara Municipal previstos para 2004 (136 processos);
Realização de 75,86% das vitórias previstas para os processos de prestação de contas anuais, com vistas à elaboração de laudos técnicos de engenharia (73 processos);
Auditação de outros processos de prestação de contas anuais na área municipal: 7 empresas públicas (63,63% do estimado), 22 autarquias (121,04% do estimado), 9 fundações (200% do estimado) e 72 fundos especiais (130,3% do estimado);
Auditação de processos diversos nos municípios: 27 denúncias (67,5% do projetado), 90 auditorias especiais (154,08% do projetado), 9 análises de procedimentos licitatórios (150% do projetado), 4 convênios (200% do projetado), 607 subvenções sociais (137,52% do projetado);
Análise de 5.907 processos de aposentadoria e pensão (123,42% do previsto);
Análise de 452 processos de admissão de pessoal (188,72% do previsto);
Conclusão de 148,38% dos processos tramitados até 2003 e 115% dos processos ingressados no NEG em 2004;
Realização de inventário periódico do estoque de processos nos segmentos do controle externo, com seu gerenciamento pela CCE.

Ação 203 - Instituição e controle dos prazos para prática dos atos processuais (140%):

Implantação do termo de designação de auditoria no NEG, com vistas ao monitoramento dos prazos processuais.

Ação 204 - Ênfase nas auditorias de acompanhamento (256,36%):

Acompanhamento do projeto da LDO/2005, da LOA/2005 e das alterações do PPA (2004-2007) do Estado;
Acompanhamento da execução orçamentária dos órgãos e entidades do Estado pelo SIAFEM e imprensa oficial (créditos adicionais);
Realização de 50% das auditorias de acompanhamento da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial nos órgãos e entidades do Estado previstas para 2004;
Acompanhamento dos cargos comissionados/funções gratificadas criados pela Reforma do Estado;
Acompanhamento das entidades desestatizadas;
Acompanhamento da aplicação dos recursos da CELPE;
Análise dos atos constitutivos das Organizações Sociais criadas, em 2004, pelo Estado (140% do estimado);
Análise das minutas dos contratos de gestão celebrados pelo Estado;
Análise do Relatório de Gestão Fiscal de todos os poderes e órgãos do Estado;
Análise do Relatório Resumido de Execução Orçamentária do Estado;
Identificação do perfil de contratação de bens e serviços dos órgãos e entidades do Estado;
Análise de 11 editais de licitação dos órgãos e entidades do Estado enviados ao TCE-PE até 2003 (73,33% da meta programada) e 104% da quantidade projetada para 2004 (52 análises prévias de editais);
Análise de todos os contratos dos órgãos e entidades do Estado ingressados em 2004 (200% do previsto);
Acompanhamento do Sistema de Compras Eletrônicas do Estado;
Análise de 84,84% das demandas encaminhadas pela Ouvidoria ao DCE até 2003 (28 demandas) e 309,52% do número previsto para 2004 (65 demandas), considerando o incremento de demandas ocorrido no último ano;
Análise de 99,98% de outras demandas externas (Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Federal etc.) ingressadas no DCE até 2003 (53 demandas) e 96,3% das demandas previstas para 2004 (89 demandas);

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO REUNIÃO ORDINÁRIA EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco, nos termos do art. 105, I, c/c art. 113, *caput*, do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, os Deputados Sebastião Rufino (PFL), Adelmo Duarte (PFL), Antônio Moraes (PSDB), Geraldo Coelho (PFL), Henrique Queiroz (PP), João F. Coutinho (PSB), Marcantônio Dourado (PMDB), Roberto Leandro (PT), Sílvio Costa (PMN), membros titulares, e, na ausência destes, os suplentes, Deputados Ana Cavalcanti (PP), Ana Rodvalho (PSC), Augusto César (PTB), Augusto Coutinho (PFL), Ciro Coelho (PFL), Izaías Régis (PTB), Nelson Pereira (PC do B), Manoel Ferreira (PFL), Ricardo Teobaldo (PMDB), para comparecerem à **Reunião Ordinária, às 10:00h** (dez horas) do próximo dia **30 de março de 2005** (quarta-feira), no Plenarinho II.

EM DISTRIBUIÇÃO

1) Projeto de Lei Ordinária:

- a) Projeto de Lei Ordinária n.º 884/2005**, de autoria do Deputado Ettore Labanca (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de transporte coletivo e cargas, assegurarem aos seus condutores seguro de vida em grupo e dá outras providências);
b) Projeto de Lei Ordinária n.º 885/2005, de autoria do Deputado Izaías Régis (Ementa: Estabelece normas referentes às práticas comerciais, bancárias e financeiras que envolvam negativa de outorga de crédito ao consumidor);
c) Projeto de Lei Ordinária n.º 886/2005, de autoria do Deputado Augusto Coutinho (Ementa: Cria o Selo de Responsabilidade Social Estadual);
d) Projeto de Lei Ordinária n.º 887/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Dispõe sobre a adequação da programação orçamentária do Estado, para inclusão da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, face às disposições da Lei n.º 12.775, de 22 de março de 2005, e dá outras providências);
e) Projeto de Lei Ordinária n.º 888/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Institui sobre a adequação orçamentária do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Pernambuco - IPEM-PE e da Fundação da Criança e do Adolescente - FUNDAC, face às disposições da Lei n.º 12.775, de 22 de março de 2005, e dá outras providências);
f) Projeto de Lei Ordinária n.º 889/2005, de autoria do Governador do Estado (Ementa: Autoriza o Estado de Pernambuco a ceder o direito de uso de área de terra que indica, e dá outras providências);
g) Projeto de Lei Ordinária n.º 890/2005, de autoria do Deputado Augusto Coutinho (Ementa: Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de equipamento Emissor de Cupom Fiscal - ECF, em estabelecimentos que efetuem venda a varejo de combustíveis).

EM DISCUSSÃO

1) Emenda:

- h) Emenda Modificativa ao Projeto de Lei Ordinária n.º 871/2005**, de autoria da Mesa Diretora – Relator: Deputado Antônio Moraes (Ementa: Emenda aos parágrafos 1º e 2º do Artigo 5º do Projeto de Lei Ordinária n.º 871/2005).

Recife, 28 de março de 2005.

Deputado SEBASTIÃO RUFINO
– Presidente –

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO SISTEMA HABITACIONAL NO ESTADO DE PERNAMBUCO EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Convoco nos termos do Art. 103, inciso III do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, os Deputados: Antônio Moraes (PSDB), Sílvio Costa (PMN), Tereza Leitão (PT), Carla Lapa (PSB), Henrique Queiroz (PP), Roberto Liberato (PFL), Betinho Gomes (PPS), José Queiroz (PDT), Membros Titulares, e, os Suplentes, Manoel Ferreira (PFL), Roberto Leandro (PT), João Fernando Coutinho (PSB), Raimundo Pimentel (PSDB), Ceça Ribeiro, Pastor Cleiton Collins (PSC), Jacilda Urquiza (PMDB), Augusto Coutinho (PFL). Para reunião desta Comissão a ser realizada, no dia 30 de março, quarta-feira, às 09:00h, no Auditório do 6º andar do anexo I desta Casa Legislativa, para tratar à respeito do Diagnóstico atual dos Prédios em situação de risco e desabamento na Região Metropolitana.

Sem mais para o momento, coloco-me em nome desta Comissão à disposição.

Cordialmente,

DEPUTADO ALF
PRESIDENTE

Realização da Operação Eleições nos municípios (86,87% das auditorias de acompanhamento da execução orçamentária, financeira, contábil e patrimonial previstas - 1.276 auditorias - e 74,48% das auditorias de obras e serviços de engenharia programadas - 534 inspeções);
Análise prévia de 8 editais de licitação municipais, sobretudo dos órgãos e entidades da Capital (150% do estipulado para 2004);
Análise de 812,5% do número previsto de demandas encaminhadas pela Ouvidoria ao DCM (considerando a elevação de demandas ocorrido no último ano e concentração na esfera municipal);
Análise de 83,75% de outras demandas externas (Ministério Público, Poder Judiciário, Polícia Federal, Câmara Municipal etc.) previstas a ingressar no DCM em 2004 (39 demandas);
Análise prévia de todos editais de concurso público solicitados pelo NAP;
Acompanhamento dos órgãos estaduais com investimentos em obras (161,1% do previsto);
Análise concomitante de processos licitatórios destinados a execução de obras e serviços de engenharia no Estado e Capital (220% da meta programada);
Análise de 105% das demandas da Ouvidoria previstas para o NEG (considerando o incremento de demandas ocorrido no último ano).

Ação 206 - Consolidação do grupo de pesquisa e investimento (83,32%):

Inserção do GPI na estrutura organizacional do TCE-PE, com a criação da Assessoria de Pesquisa e Inteligência da Coordenadoria de Controle Externo;
Definição dos procedimentos para identificação de fraudes estruturadas;
Realização de todas as auditorias previstas para a ASPIN.

A divulgação das atividades de investigação para o público interno foi transferida para o POA 2005

O Programa Estratégico 2 - Desenvolvimento e implantação/implementação de novas formas de auditoria apresentou um avanço de **69,5%**, destacando-se as seguintes realizações:

Ação 166 - Realização de auditoria ambiental (50%):

Realização de metade das auditorias programadas, dada a concentração de esforços do NEG nas Operação Eleições.

Ação 167 - Realização de auditoria de natureza operacional (80,61%):

Realização do diagnóstico SWOT (análise das Forças, Oportunidades, Fraquezas e Ameaças da ANOP), com vistas à aprovação do Plano de Ação 2004 do Projeto CERDS (Aperfeiçoamento do Controle Externo para a Redução da Desigualdade Social) pelo TCU/DFID/ABC;
Institucionalização da Auditoria de Natureza Operacional - ANOP, com a criação do Grupo de Trabalho ANOP para o gerenciamento do Projeto CERDS e regulamentação da auditoria de natureza operacional no TCE por meio da edição final da Resolução TC nº 02/05;
Promoção de diversos eventos: 07 oficinas, 03 seminários e 03 treinamentos para capacitação do Grupo ANOP e envolvimento do Conselho e do corpo técnico e gerencial, com destaque para o **“Encontro Técnico de Auditoria de Natureza Operacional – ANOP: A atuação do Tribunal de Contas com foco na Redução da Desigualdade Social”**;
Estruturação do portal ANOP na intranet e internet;
Conclusão das auditorias já iniciadas: Programas do Leite e da Merenda Escolar;
Monitoramento dos impactos das auditorias no PRORURAL, CPRH e Secretaria da Produção Rural, com elaboração de 01 sumário executivo (resumo de auditoria) para o Programa Leite de Pernambuco;
Estudo do PPA do Estado e da Prefeitura do Recife, visando ao conhecimento das prioridades de governo e à elaboração de matriz de risco;
Seleção do programa de governo do Estado “Alfabetização com Sucesso” e realização da auditoria, após o estudo de viabilidade e envolvimento dos interessados e apoio para mudanças e desenvolvimento de estratégias;
Apresentação dos resultados da auditoria no Programa Leite de Pernambuco no XI SEMINÁRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO em Havana (Cuba).

Ação 168 - Realização de auditoria de patrimônio cultural (50%):

Realização de metade das auditorias-piloto previstas para a estruturação de metodologia e delimitação de competências, em função do redirecionamento dos esforços do NEG para Operação Eleições.

Ação 170 - Realização de auditoria de tecnologia da informação (70,14%):

Análise prévia de 105% dos editais de licitação para contratação de bens e serviços de informática do Estado pela Gerência de Auditoria de Tecnologia de Informação;

Realização de 1/3 das auditorias em ambientes e sistemas de informação previstas pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação - CTI;

Realização de parceria para implantação de padrão de acordo de nível de serviços (SLA) nas contratações de bens e serviços de informática com os órgãos e entidades do Estado e da Capital.

O Programa Estratégico 3 - Estímulo à estruturação e fortalecimento dos sistemas de controle interno dos jurisdicionados apresentou um avanço de **68,2%**, destacando-se as seguintes realizações:

Ação 171 - Orientação aos jurisdicionados (66,3%):

Orientação dos setores de recursos humanos das Prefeituras Municipais quanto a informações relativas a atos de pessoal a serem arquivadas.

Ação 172 - Avaliação dos controles internos (69,37%):

Difusão do conhecimento do tema sistema de controle interno no TCE-PE, por meio da capacitação de gerentes e técnicos do controle externo;

Realização de incursões-piloto em controle interno nos municípios circunscritos à Inspeção Regional de Garanhuns - IRGA;

Avaliação dos controles internos na gestão de obras do Estado e da Capital.

O Programa Estratégico 4 - Instrumentalização por meio eletrônico da auditoria e julgamento apresentou um avanço de **66,3%**, destacando-se as seguintes realizações:

Ação 175 - Desenvolvimento, consolidação e integração de sistemas e aplicativos (47,61%):

Disponibilização dos módulos Coleta e Recebimento do SIAI 2004, após ajustes e testes promovidos pelo Grupo AUDIN;

Desenvolvimento do módulo Análise do SIAI 2004 e realização de testes pelas equipes de auditoria, visando subsidiar o projeto AUDIN;

Conclusão do sistema Coletor de Dados do RAP (Registro de Atos de Pessoal);

Finalização do sistema PREVER, que se encontra em homologação pelo NAP.

A partir da avaliação do sistema BDCE, definiu-se para o POA 2005 o desenvolvimento de um sistema próprio de cadastro único de jurisdicionados e a absorção das demais funcionalidades do sistema, com suas críticas, pelo projeto AUDIN.

Ação 177 - Desenvolvimento e consolidação do modelo de auditoria informatizada (95%):

Criação do Grupo de Trabalho AUDIN para gerência do projeto, visando à identificação e análise das alternativas para informatização da auditoria, através de sistemas de informações fiscais e prestação de contas eletrônica;

Desenvolvimento do projeto AUDIN, após o mapeamento do cenário por meio de pesquisa com as unidades gestoras e a avaliação das alternativas (importação de um sistema de outro Tribunal de Contas - TCE-SC, TCE-PR, TCE-RS, TCE-RJ e TCE-MT -, construção de um sistema próprio pela CTI, construção de um sistema próprio por prestadores de serviço ou em parceria, ou formação de um consórcio com outros Tribunais de Contas).

Ação 178 - Gerenciamento eletrônico de documentos (53,88%):

Conclusão do SIGA (Sistema Gerenciador de Arquivos), após a incorporação das funcionalidades do SPA (Sistema de Pesquisa de Arquivos de Auditoria) desenvolvido pelo DCM pela CTI, para democratização do conhecimento acumulado nos relatórios de auditoria, além da otimização da elaboração das propostas de voto pela AUG-PE e voto pelo relator, encontrando-se, no final de 2004, em fase de testes com vistas à definição da estratégia de implantação no TCE-PE.

Por tudo exposto, apesar de todos os obstáculos surgidos no decorrer do exercício de 2004, percebemos tanto as equipes técnicas como o corpo gerencial inteiramente comprometidos com as metas estabelecidas no Plano de Gestão 2004-2005, dado o resultado geral alcançado pelo Macroobjetivo I no POA 2004 (**86,7%**), que decerto supera, em linhas gerais, a projeção inicial da real capacidade de realização do planejamento do controle externo, como demonstram alguns dos primeiros indicadores de desempenho aferidos, quais sejam:

INDICADORES SETORIAIS - MACRO I POA-2004

SEGM. RESP.	INDICADOR	UNID.	INICIAL	METAS PROG.	METAS EXECUTADAS
NAP	ESTOQUE DE PROCESSOS DE APOSENTADORIA	processo	5.664 (31/12/03)	5.664	3527
NAP	ESTOQUE DE PROCESSOS NO NAP	processo	5.744 (31/12/03)	5.744	5114
DCE	GRAU DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA OUVIDORIA PELO DCE	%	34,5 (30/06/04)	80	74,7%
DCE	ESTOQUE DE PROCESSOS NO DCE	processo	401 (31/12/04)	381	178
DCE	IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS EM ESTOQUE NO DCE	dia	139 (31/03/04)	132	127
DCM	GRAU DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DA OUVIDORIA PELO DCM	%	16,6	50	55,92%
DCM	ESTOQUE DE PROCESSOS NO DCM	processo	769	1.492	896
DCM	IDADE MÉDIA DOS PROCESSOS EM ESTOQUE NO DCM	dia	171	-	204
DCM	GRAU DE ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO PELO DCM	%	62,5 30/06/04	80	63,08
DCM	GRAU DE ATENDIMENTO ÀS DILIGÊNCIAS DO NAP	%	71,4 30/06/04	80	93,81

1.2 . JÚLGAMENTO DE PROCESSOS

Os dados abaixo apresentados espelham o quantitativo de processos julgados ao longo do exercício de 2004 pelo Tribunal de Contas de Pernambuco, consolidando as deliberações proferidas pelo Pleno e Primeira e Segunda Câmaras.

PARECERES PRÉVIOS EMITIDOS SOBRE CONTAS DE PREFEITURAS: 184

001 recomendando a aprovação
131 recomendando a aprovação com ressalvas
052 recomendando a rejeição

PARECER PRÉVIO SOBRE AS CONTAS DO GOVERNADOR DO ESTADO/2003

01 recomendando a aprovação

RECURSOS A PARECERES E DECISÕES SOBRE CONTAS DE CÂMARAS E PREFEITURAS:

43 deliberações

DECISÕES EMITIDAS: 1.727

141 sobre contas de Mesas de Câmaras
013 julgadas regulares
106 julgadas regulares com ressalvas
022 julgadas irregulares
046 Consultas
067 Auditorias Especiais
205 Análises de Atos de Pessoal
008 Processos de Destaques
002 Autos de Infração
003 Análises de Gestão Fiscal
027 Tomadas de Contas

007 Análises de Procedimentos Licitatórios

015 Análises de Editais

001 Prestação de Contas do Tribunal de Contas do Estado

004 Processos Administrativos Interno

1.201 correspondentes a prestações de contas de Ordenadores de Despesas de Prefeituras, Secretarias do Estado, Autarquias, Empresas Públicas, Fundações, Convênios, Subvenções Sociais, Verba do Sistema de Incentivo à Cultura, prestações de contas encaminhadas pela Contadoria Geral do Estado.

ACÓRDÃO EMITIDOS: 4.574

55 Denúncias

08 Procedentes

12 Procedentes em parte

18 Improcedentes

13 Arquivadas

02 Apensadas à Prestação de Contas

01 Encaminhada ao TCU

01 Extinta – Perda de objeto

4.519 correspondentes a aposentadorias, retificações, reformas, transferências para a reserva e recursos.

2. ATIVIDADES DA OUVIDORIA

O exercício de 2004 também foi marcado também por um grande aumento de demandas apresentadas à Ouvidoria do Tribunal, refletindo as nossas ações voltadas para uma maior aproximação com a sociedade. Abaixo segue comparativo das demandas apresentadas à Ouvidoria desde a sua criação.

SITUAÇÃO DAS DEMANDAS

DEMANDAS RECEBIDAS

De abril/00 a Dezembro/04 - **4.662** demandas recebidas.

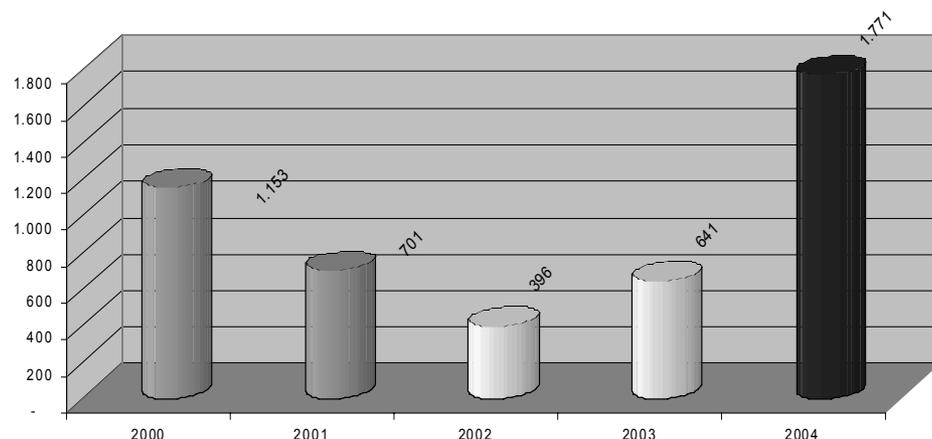
De janeiro/04 a Dezembro/04 - **1.771** demandas recebidas.

DEMANDAS CONCLUÍDAS

De abril/00 a Dezembro/04 - **76** % de demandas concluídas.

De janeiro/04 a Dezembro/04 - **61%** de demandas concluídas

Demandas Recebidas



2. ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

A exemplo das atividades de fiscalização, as ações relativas à gestão administrativa do TCE também foram norteadas pelo Plano Operativo Anual, que contempla o negócio, a missão, a visão de futuro e o diagnóstico estratégico do TCE-PE, bem como os objetivos gerais e específicos, as ações e respectivas atividades a serem desenvolvidas, inclusive por segmento responsável. As principais atividades desenvolvidas sob a coordenação da CAD (Coordenadoria de Administração Geral), comprometida com uma atuação diferenciada, responsabilizante e de resultados, voltada para a otimização dos recursos públicos, a eficiência e a eficácia deste Tribunal, foram as seguintes.

Otimização de Sistemas Administrativos

Sistema de Compras Eletrônicas – A implementação do sistema foi concluída. As primeiras compras foram realizadas e nos próximos exercícios deverá ser observada uma expansão gradativa desta modalidade de aquisição, proporcionando maior celeridade e economicidade nas contratações efetuadas.

Sistema de Controle de Cópias Reprográficas (CTCR) – O Sistema foi concluído e está em utilização nos departamentos que integram a estrutura da CAD. Em 2005 será expandido para todo o TCE.

Sistema ACERVUS – O sistema que cataloga e disponibiliza o acesso a todos os servidores do acervo bibliográfico do Tribunal teve ao longo de 2004 90% de sua implantação concluída.

Novo Sistema de Controle de Suprimentos Individuais (CTSI) - O sistema está em fase de conclusão. Ele foi submetido a uma bateria de testes pelo pessoal do Departamento de Controle e Finanças e pela própria Coordenadoria de Tecnologia da Informação. As pendências encontradas foram encaminhadas para correção pelos programadores e, delas, a grande maioria já foi solucionada. O sistema estará em funcionamento até o fim do primeiro trimestre de 2005.

Sistema de Monitoramento do Planejamento (SISPLAN) - O sistema foi implantado e está em plena utilização, gerenciado pelo Núcleo de Planejamento e Controle Interno.

Gestão de Pessoas

Capacitação – Buscando a excelência no desempenho de suas atribuições, o Tribunal de Contas, ao longo do exercício de 2004, investiu significativamente na capacitação de seus servidores. Ao todo foram ministradas 23.956 horas de treinamento, envolvendo a participação de 450 servidores.

Política de valorização dos servidores institucionalizada - A premiação conferiu aos servidores que mais se destacaram ao longo do exercício nas suas respectivas áreas reconhecimento, possibilitando utilizar os recursos auferidos na realização de novas capacitações e aquisição de livros didáticos.

Programa de qualidade de vida implantado - Ações como a contratação de fisioterapeuta para apresentação de palestras e orientação sobre como evitar problemas de saúde relacionados ao trabalho e o estímulo à prática esportiva, experiência bem sucedida com a realização das primeiras olimpíadas do TCE, foram medidas adotadas para garantir ao servidor uma melhor qualidade de vida e, conseqüentemente, melhor desempenho funcional.

Ações de Administração e Infra-estrutura

Dentre as principais ações voltadas a proporcionar as condições físicas necessárias ao desempenho das atividades por aqueles que integram esta Corte destacamos:

Instalação da Escola de Contas em sua nova sede;

Reforma do Auditório do edifício sede;

Reforma do Gabinete da Presidência

Reforma das Inspetorias Regionais de Surubim e Palmares;

Instalação de sistema de monitoramento eletrônico nas inspetorias regionais;

Modernização dos elevadores do edifício sede;

Reforma do layout de diversos setores, visando a proporcionar adequação à nova estrutura organizacional.

Renovação da frota de veículos com aquisição de 04 novas paratis e duas motocicletas;

Foram também, além de licenciamentos de softwares, adquiridos os seguintes equipamentos de informática:

6 servidores de rede;

1 equipamento de armazenamento (Storage);

1 rack para servidores;

31 impressoras laser;
 4 estações gráficas;
 equipamentos para design (1 scanner de alta resolução, 1 impressora A3 e 4 monitores 19”);
 12 scanners e 50 gravadores de CD;
 75 pentes de memória de 256Mb;
 20 monitores de 15”;
 300 Cadeados para computadores e impressoras;
 1 no-break.
 Foram ainda adquiridos os seguintes equipamentos com recursos do PROMOCONTAS:
 76 estações de trabalho;
 8 cofres de segurança;
 1 equipamento para backup de dados;
 2 projetores (data-show);
 2 scanners.

Atividades de Expediente e Protocolo

Abaixo demonstramos o quadro de movimentação de entrada e saída de documentos em 2004 a cargo do Departamento de Expediente e Protocolo:

ATIVIDADE	QUANTITATIVO
Documentos protocolados e despachados	6.240
Processos autuados	2.890
Cartas comerciais postadas	4.267
Cartas simples postadas	3.120
Correspondências enviadas através do sedex nacional	0626
Correspondências enviadas através do sedex internacional	0019
Impressos especiais distribuídos pelos serviços de correios	2.072
Processos enviados ao órgão de origem através de malote da SARE	2.099
Documentos encaminhados através do malote da SARE	0110
Informativos e publicações enviados através do malote da SARE	0877

Indicadores de Desempenho das Atividades Administrativas

Não há dúvidas que o bom desempenho de uma instituição está cada vez mais atrelado à capacidade de bem planejar suas ações. Consciente disso, o Tribunal de Contas de Pernambuco tem investido intensamente no processo de planejamento. Construído com o envolvimento de todos os segmentos que integram esta Casa (Conselho, Diretores, Chefes e Servidores), o Planejamento Estratégico, elaborado para o período de 5 anos, é a base para o Planejamento Anual de cada exercício. Os avanços têm sido constantes. Em 2004, começaram a ser aferidos alguns indicadores destinados a avaliar o desempenho das diversas ações dessa Casa. Estamos apenas iniciando o processo de aferição, mas é extremamente gratificante observar como o processo de planejamento já se encontra incorporado a todos que integram esta instituição. Apenas para exemplificar, apresentamos abaixo alguns indicadores da área administrativa que começaram a ser medidos no exercício de 2004.

Descrição	responsável	indicador
Índice de economicidade nas aquisições por pregão eletrônico e presencial	DCF	22,6%
Índice de acompanhamento de custeio	DCF	70,9%
Índice de acompanhamento de investimento	DCF	38,6%
Índice de despesas com serviços de energia do TCE - PE	DAI	83,63 KW/ pessoa (mês)
Índice de despesas com pessoal de acordo com a LRF	DCF	1,26%
Índice de atendimento a solicitações de serviços	DAI	84,37%
Índice de atendimento a solicitações de serviços feitas à Divisão de Imóveis	DIMO	92,43%
Índice de atendimento a solicitações de serviços feitas à Divisão de Patrimônio	DIPA	76,31%
Índice de participação do TCE no orçamento geral do Estado	DCF	1,35%
Índice de empenhos anulados	DCF	26,3%
Volume de empréstimos de livros	DID	2.290
Índice de livros alimentados no acervo	DID	85%
Índice de solicitações atendidas pelo Departamento de Documentação e Informação	DID	80%
Tempo médio de encaminhamento de processos e documentos na Divisão de Arquivo	DID	01h

Gestão Financeira

O orçamento do Tribunal de Contas no início do exercício financeiro de 2004 era de R\$ 85.733.500,00. A esse valor se acrescentaram créditos suplementares de R\$ 7.500.000,00, para reforço de dotações que se mostraram insuficientes ao longo do exercício, e um crédito especial no valor de R\$ 1.000.000,00, para cobertura de despesas com auxílio-alimentação. O total do orçamento autorizado atingiu R\$ 93.233.500,00, valor superior em 10,9% ao total autorizado para o exercício de 2003 (aproximadamente R\$ 84 milhões).

Ao longo do exercício financeiro de 2004, os recursos provenientes dos duodécimos transferidos pela Secretaria da Fazenda totalizaram R\$ 86.256.968,52. Além disso, o Tribunal de Contas arrecadou diretamente receitas que somaram R\$ 1.897.897,13. O total de receitas recebidas no exercício foi de R\$ 87.966.043,30. Houve excesso de arrecadação no total de R\$ 2.232.543,30.

A execução orçamentária em 2004 atingiu R\$ 80.723.812,07, valor correspondente a 87% do total autorizado. Houve economia orçamentária no valor de R\$ 12.509.687,93.

O saldo financeiro do Tribunal de Contas ao fim de 2004 foi de R\$ 14.245.108,85, superior em aproximadamente 97% ao verificado em 31 de dezembro de 2003. O *superavit* financeiro apurado com base no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2004 alcançou R\$ 13.639.905,83, o que evidencia que o total das disponibilidades do Tribunal foi suficiente para cobertura de todos os restos a pagar e demais obrigações registradas, em conformidade com a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O total das despesas com pessoal e encargos do Tribunal de Contas foi de R\$ 68.740.489,35, o que representou comprometimento de 1,26% da Receita Corrente Líquida (RCL) do Estado de Pernambuco apurada de acordo com a Lei Complementar federal nº 101/2000. Se comparado com a RCL apurada de acordo com a Lei Complementar estadual nº 67/2005, o comprometimento foi de 1,30%. Em qualquer caso, as despesas de pessoal do Tribunal de Contas obedeceram ao respectivo limite prudencial de 1,48% da RCL.

Indicações

Indicação Nº 3856/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado - Dr. Jarbas Vasconcelos e ao Exmo. Sr. Secretário de Infra-Estrutura - Dr. Fernando Dueire, no sentido de autorizar **eletrificação das localidades Chã de Serraria e Lagoa do Cabaço em Vitória de Santo Antão**.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao:
 Ilmo. Presidente da Assoc. Comunitária Chã de Serraria e Lagoa do Cabaço - Sr. Generino Marçal Nunes;
 Exmo. Sr. Deputado Federal - Dr. André de Paula;
 Exmos. Srs. Vereadores da Vitória - Dr. Doca Lira, Dr. Everaldo Arruda, Dr. Heleno Rodrigues e Manoel de Holanda;
 Ilmo. Presidente da Associação Comercial da Vitória - Sr. Cristiano de Melo Vasconcelos Barros;
 Ilmo. Presidente da CDL da Vitória - Sr. Rafael Ferraz Vilanova;
 Ilmo. Presidente do LIONS Vitória das Tabocas - Sr. José Carlos Peres Quintas;
 Ilma. Presidenta do Instituto Histórico e Geográfico da Vitória - Profª. Eunice Xavier;
 Ilmo. Sr. Diretor da FACOL - Dr. Paulo Roberto Leite de Arruda;
 Ilmo. Presidente do ROTARY da Vitória - Dr. José Jaelson Elias;
 Ilmo. Diretor do Informativo "A Voz" - Sr. Hildebrando Lima;
 Ilma. Diretora do Informativo Cultura Básica - Srª. Wanessa Lima.

Justificativa

Os moradores da localidade de Chã de Serraria e Lagoa do Cabaço em Vitória de Santo Antão, ligados a Associação Comunitária da referida localidade, vêm se ressentindo da ausência de energia elétrica para fazer face as suas necessidades básicas. Como se sabe, são inegáveis os benefícios que a eletrificação representa na área rural e dentro da meta do Governo do Estado através do importante programa Luz no Campo, esses serviços poderão atender a comunidade em referência, razão pela qual justificamos esta precedente iniciativa.

Considerando a relevância de tão significativo pleito, somos pelo presente expediente, ao ensejo de sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 22 de março de 2005.

Elias Lira
Deputado

Indicação Nº 3857/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr Jarbas Vasconcelos, Exmo. Sr. Secretário de Defesa Social, Dr João Braga, ao Exmo. Sr.Chefe da Polícia Civil, Dr. Anibal Moura, no sentido de instalar uma Delegacia Especializada da Mulher, no município de Garanhuns. Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao deputado Federal, Dr. Armando Monteiro Neto, à Câmara de Vereadores de Garanhuns na Rua Siqueira Campos, nº 43, Centro, Rádio FM Sete Colinas, Rua Francisca Amaral Tino, nº 138, Boa Vista, Rádio Marano FM, Rua Pixiguiinha, nº 360, Magano, Rádio Estação Sat, Rádio Jornal de Garanhuns, Av. Rui Barbosa nº 1236, Heliópolis, Correio Sete Colinas, Rua Napoleão Almeida, nº 95, Cohab II, Jornal Cidade, Rua Augustinho De Góes, nº41, 1ºandar, Centro, todas em Garanhuns/PE.

Justificativa

A instalação de uma Delegacia Especializada da Mulher no município de Garanhuns, trará grandes benefícios a população.

A implantação da aludida Delegacia facilitará o acesso da população a essa especializada pois a mais próxima encontra-se em Caruaru, desta forma evitando o deslocamento da população para o aludido município sobretudo os mais carentes, que não dispõe de meios para locomoção.

Diante do alcance social que a presente proposição visa atender, solicito de meus nobres pares a sua aprovação.

Sala das Reuniões, em 21 de março de 2005.

Izaías Régis
Deputado

Indicação Nº 3858/2005

Indicamos à Mesa depois de ouvido Plenário, obedecidas as normas regimentais, que seja enviado um apelo ao **Excelentíssimo Senhor Doutor Jarbas de Andrade Vasconcelos, Digníssimo Governador do Estado de Pernambuco**; ao **Exmo. Sr. Dr. Ricardo Rodrigues, DD. Secretário Estadual de Produção Rural e Reforma Agrária**; e ao **Ilmo. Sr. Dr. Charles Jurubeba, DD. Presidente da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária - IPA**, sentido de **DISPONIBILIZAREM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS, PARA A PREPARAÇÃO DO SOLO, NOS MUNICÍPIOS DE JATAÚBA, BREJO DA MADRE DE DEUS, SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, TAQUARITINGA DO NORTE, PASSIRA e TORITAMA, NUM TOTAL DE 1 MIL HORAS-MÁQUINA PARA CADA MUNICÍPIO**.

Da decisão do Plenário, dê-se conhecimento ao **Exmo. Sr. José Augusto Maia, DD. Prefeito Municipal**; ao **Exmo. Sr. Vereador José Moura Filho, na Câmara Municipal de Vereadores**; ao **Ilmo. Sr. Jota Oliveira**, a Rua Francisco de Barros, 197, Bairro de São Cristóvão; ao **Ilmo. Sr. José Aelson de Souza**, a Avenida Padre Zuzinha, 183, Centro; ao **Jornal Página Livre, na pessoa do Sr. Marconi Silva**, a Avenida Cezário Aragão, 1289, Cruz Alta; a **Rádio Vale do Capibaribe AM**, a Rua Maria Santana, 200, Lot. Polis Pacas, Bela Vista; a **Rádio Comunidade FM, na pesoa do Sr. Sílvio José**, a Rua 13 de Maio, 50, 3º andar, Sala 306, Centro; todos em Santa Cruz do Capibaribe; ao **Exmo. Sr. Antonio Cordeiro do Nascimento, DD. Prefeito Municipal**; ao **Exma. Sra. Vereadora Ana Paula da Silva, DD. Presidente da Câmara Municipal de Vereadores**; ambos em Jataúba; ao **Exmo. Sr. José Pereira Coelho, DD. Prefeito Municipal**; a **Câmara Municipal de Vereadores**; ao **Ilmo. Sr. José Fernandes César**, a Rua Severino Pereira, 311, Distrito de Pão de Açúcar; a **Rádio Comunitária, na pessoa do Sr. Maurício Barbosa**, a Rua Padre Berenguer, s/n, Centro; todos em Taquaritinga do Norte; ao **Exmo. Sr. José Marcelo Andrade e Silva, DD. Prefeito Municipal**; a **Câmara Municipal de Vereadores**; a **Rádio Comunitária FM, na pessoa do Sr. Edson Tavares**, a Av. João Manoel da Silva, 456, Centro; todos em Toritama; ao **Exmo. Sr. Roberto Asfora, DD. Prefeito Municipal**; a **Câmara Municipal de Vereadores**; e ao **Ilmo. Sr. José Ivo**, a Rua Presidente Kennedy, 167, Centro; e a **Rádio São Domingos, na pessoa do Sr. Fernando Amaral**, a Rua Francisco Xavier, 311, Distrito de São Domingos; todos em Brejo da Madre de Deus; ao **Exmo. Sr. Miguel Freitas, DD. Prefeito Municipal**; e ao **Exmo. Sr. Vereador Antônio José da Silva (Antônio Luiz), na Câmara Municipal de Vereadores**; ambos em Passira; a **FolhaNet, na pessoa do Sr. Luciano Carrilho**, a Rua Professor José Leão, 306, Sala 02, Térreo, Maurício de Nassau, Caruaru.

Justificativa

Com a chegada das chuvas, há necessidade urgente de preparação do solo para o plantio de culturas de subexistência, pois os municípios de JATAÚBA, BREJO DA MADRE DE DEUS, SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE, TAQUARITINGA DO NORTE, PASSIRA e TORITAMA, são de vocação agrícola, sendo esta atividade a que mais contribui na economia local.

A falta de recursos financeiros dos pequenos produtores rurais dos municípios em tela e o não-incentivo por parte dos segmentos governamentais para o financiamento de implementos agrícolas, e sendo pouco produtor de tração animal, devido a qualidade do solo, somente nos resta, na condição de Parlamentares, solicitar do Governo do Estado de Pernambuco, através do IPA, a liberação de tratores, arados e grades, para o preparo do solo, visando a plantação de culturas temporárias, aproveitando o período das chuvas, e assim, contribuindo para a qualidade de vida dessa população rural tão sofrida e abandonada.

Sala das Reuniões, em 28 de março de 2005.

Antônio Figueiró
Deputado

Indicação Nº 3859/2005

Indicamos à Mesa, na forma regimental, ouvido o Plenário, seja feito um apelo ao Superintendente Regional da TELEMAR, Dr. NÉVIO ANTENOR SANTOS DO AMARAL, no sentido de autorizar a instalação de um telefone público nos Sítios Alves, Brejo Velho e Quati, localizados a 20 Km do município de SANTA TEREZINHA/PE.

Depois de aprovado, dê – se conhecimento desta Indicação ao Ver. José Adarivan Batista dos Santos – Câmara Municipal de Santa Terezinha, Av. José Romão de Araújo, 205 – Térreo – Centro – Santa Terezinha/PE.

Justificativa

As dificuldades de locomoção entre os Sítios Alves, Brejo Velho, Quati e a Cidade de Santa Terezinha têm causado diversos transtornos, uma vez que esses percursos, muitas vezes, são feitos a pé em virtude da ausência de coletivos, o que dificulta a vida da população na resolução de pendências junto a familiares e órgãos públicos.

Sala das Reuniões, em 17 de março de 2005.

Sebastião Oliveira Júnior
Deputado

Requerimentos

Requerimento Nº 2546/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja consignado na Ata dos trabalhos de Hoje um Voto de Pesar aos familiares do Sr. EDMO DA COSTA NEVES, em face de seu falecimento, em Recife, dia 21 de março do corrente.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, seja dado conhecimento à viúva do pranteado, Dona Angelita Neves, na Rua Eurico Valois, nº 53, Matriz, Vitória de Santo Antão - PE.

Justificativa

O falecimento do Sr. Edmo da Costa Neves, na Clínica São Marcos em Recife, dia 21 de março do corrente, consternou familiares, amigos e toda comunidade vitorienne, onde o extinto residia.

Aos 76 anos, o Sr. Edmo partiu e deixa o exemplo de pai, avô, bom esposo, mas sobretudo de religiosidade, fervoroso devoto do padroeiro Santo Antão.

Entre suas atividades em vida, foi funcionário da Sucam, vice diretor do Colégio Cenecista de Vitória, onde desempenhou suas atividades com afincio, respeito dos colegas e apreço da comunidade. De sua união matrimonial com D. Angelita, nasceram cinco filhos, Edmo, Carlos Roberto, Enildo, Edna Lúcia e Ediane.

O Sr. Edmo personificou um modelo de cidadão, que soube conviver com o próximo com o sentimento de urbanidade e cristianismo. Sua lacuna não será preenchida, mas o que dele privaram da convivência, sem dúvida, sentirão o sentimento da saudade, mas o conforto de saber que ele está na companhia do Pai, de onde foi chamado.

Como homenagem das mais justas, propomos esta iniciativa, ao ensejo de sua aprovação pelos Nobres Pares que compõem esta Casa Legislativa.

Sala das Reuniões, em 21 de março de 2005

Elias Lira
Deputado

Requerimento Nº 2547/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais que seja enviado Voto de Aplausos a todos que fazem a **Paixão de Cristo do Recife**, na pessoa do Produtor Teatral, Diretor e Ator, José Pimentel, pela montagem da nona edição

desse grandioso evento, que já faz parte do calendário cultural do Recife, a ser realizado nos dias 23 a 27 de março do corrente, no Recife Antigo.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao diretor José Pimentel, do Sr. Paulo de Castro, Presidente da APACEPE, na Rua Tupinambás, 737 - Santo Amaro - Recife-PE - Cep: 50100-250 e ao Teatro de Amadores de Pernambuco, na Praça Oswaldo Cruz, s/n - Santo Amaro - Recife-PE.

Justificativa
<p>Como parlamentar e pernambucana, honra-me consignar este voto ao magno espetáculo da Paixão de Cristo que ocorre anualmente. A Paixão de Cristo do Recife, iniciou suas apresentações aqui na Capital no ano de 1997, no estádio do Santa Cruz Futebol Clube. Ficando nesta localidade até 2001. No ano de 2002 passou a ser encenada no Marco Zero.</p> <p>O evento conta com um recordista do teatro nacional, o autor, diretor e principal intérprete do grande espetáculo da Paixão, José Pimentel, que este ano comemora 27 anos ininterruptos no papel de Cristo, e há 36 anos, dirige o mesmo espetáculo, antes dentro das muralhas de Nova Jerusalém. Hoje no MARco Zero, no Recife.</p> <p>A história de vida, paixão e morte de Cristo é apresentada em três palcos distintos que recebem nove cenários de madeira, isopor e tecidos. Ocupam toda extensão do Marco Zero. A iluminação teatral é de alta qualidade, sistema sonoro que permite perfeita audição à platéia, além dos efeitos pirotécnicos.</p> <p>Participam da Paixão de Cristo do Recife cem atores, trezentos figurantes e cinquenta técnicos, todos pernambucanos.</p> <p>Há também um corpo de baile coreografado por Mônica Lira, diretora do Grupo Experimental e um grupo de artistas circenses dirigidos por Amália Trindade, além de cem crianças da creche Lar Fabiano de Cristo, da Várzea.</p> <p>Assim, consigno meus aplausos aos diretores do espetáculo e a todos atores e crianças.</p>

Sala das Reuniões, em 22 de março de 2005
<p>Carla Lapa Deputada</p>

Requerimento Nº 2548/2005

Requeremos à Mesa, após ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja consignado na ata dos nossos trabalhos legislativos um Voto de Congratulações pela passagem dos 109 anos de fundação da **SOCIEDADE MUSICAL NOVA EUTERPE CARUARUENSE**, ocorrido ontem, dia 22 de março de 2005, em Caruaru.

Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Presidente da Sociedade Musical Nova Euterpe Caruaruense, Sr. Roosevelt Bezerra da Silva na Rua São Gabriel, nº 864 - Maurício de Nassau - Caruaru/P, bem como aos Clubes de Serviço de Caruaru.

Justificativa
<p>Registro, nesta oportuniidade, uma data muito significativa para os caruaruenses: a passagem dos 109 anos de existência da Sociedade Musical Nova Euterpe Caruaruense.</p> <p>A Sociedade Musical Nova Euterpe foi fundada em 22 de março de 1896 e, atualmente, é presidida pelo nobre Roosevelt Bezerra da Silva. A diretoria da referida Sociedade é composta de 06 membros e possui 35 músicos. Sempre participa de festas cívicas, religiosas e retretas, entre outros eventos na Capital do Agreste. Parabêns a todos que já participaram de alguma maneira da Sociedade Musical Nova Euterpe Caruaruense, bem como a todos que hoje compõem a sua diretoria e o seu corpo de músicos.</p>

Sala das Reuniões, em 23 de março de 2005
<p>Roberto Liberato Deputado</p>

Requerimento Nº 2549/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja **Transcrito nos Anais** desta Casa o artigo **“NÚMEROS DO DESGOVERNO”**, de autoria do Sr. Marcelo Medeiros, publicado no Jornal do Brasil, em 21 de março de 2005.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. **Jorge Bornhausen**, com endereço no Senado Federal - Ala Senador Nilo Coelho - Gabinete 04 - Brasília - DF - CEP: 70165-900;ao Exmo. Sr. Deputado Federal **André de Paula**, com endereço na Câmara dos Deputados - Praça dos Três Poderes - Anexo IV - Gabinete 423 - Brasília - DF - CEP: 70160-900; ao Exmo. Sr. Ministro do Tribunal de Contas da União, Dr. **Marcos Vinícios Vilaça**, com endereço na SAFS - Lote 01 - 3º andar - Sala 365 - Brasília - DF - CEP: 70042-900; ao Sistema de Informação do PFL, com endereço no Senado Federal - Anexo I - 26º andar - Brasília - DF - CEP: 70165-900.

Justificativa
<p>O artigo supracitado atine para os gastos o governo Luis Inácio Lula da Silva, que, segundo o ministro José Dirceu, tratavam-se de uma demanda ocasionada pela modernização e do desenvolvimento do País.</p> <p>Em verdade, o ilustre autor reflete a preocupação da sociedade com a Presidência da República, sobre a aplicação correta dos gastos públicos.</p>

“NÚMEROS DO DESGOVERNO
O ministro José Dirceu ao explicar a contratação de cerca de 45 mil funcionários públicos e a criação de cerca de 1.500 cargos comissionados, com um aumento de 44% na folha de pessoal, teve a desfaçatez de afirmar: “É fato que aumentamos os gastos com pessoal, mas porque era uma demanda da modernização e do crescimento do país e não porque estamos desperdiçando gastos”.
O ministro omitiu que mais de 10 mil desses servidores contratados não foram submetidos a concurso público. Foram nomeados por apadrinhamento dos políticos petistas. É claro, com prioridade para os que perderam as eleições.
Na mesma semana em que o ministro José Dirceu tentava justificar os gastos em nome da modernização do país, dois idosos enfiaram erroremem de tanto esperar nas filas de atendimento do INSS, no Rio de Janeiro.
No gabinete de Lula, o número de funcionários subiu de 2.500 para 3.400. As despesas, de 2002 a 2004, cresceram 186,7%.

Segundo o jornalista Augusto Nunes é o “Projeto Desemprego Zero para a Companheirada”.

Fernando Henrique Cardoso, em oito anos de governo, reduziu em 180 mil o número de funcionários públicos.

“Os gastos do governo são desproporcionais aos serviços prestados. Além disso, pelo que é recolhido de impostos, é inadmissível tamanha baixa eficiência da máquina do Estado”, adverte Paulo Francine, diretor da Fiesp.

Outro descalabro é o uso abusivo de cartões de crédito por funcionários da Presidência da República. Quarenta e oito servidores, conhecidos como ecônomos do Planalto, são titulares de um cartão de crédito corporativo. O objetivo era o de facilitar o pagamento de gastos com autoridades e de materiais e serviços urgentes da Presidência.

O absurdo é que os cartões de crédito vêm sendo usados, com mais frequência, e em volumes crescentes, para saques de dinheiro, nos caixas do Banco do Brasil.

Em 2004, oito funcionários sacaram, com seus cartões de credito, cada um deles, mais de R\$ 250 mil em dinheiro vivo.

O ministro Marcos Vilaça, do Tribunal de Contas da União (TCU), em recomendação feita à Casa Civil da Presidência da República, pede que seja observado o caráter excepcional da realização de saques com os cartões de crédito. “A transparência dos gastos deixa de existir quando o pagamento das despesas é feito em espécie”.

O presidente Lula em recente decreto, ignorou as recomendações do TCU e ampliou o uso dos cartões de crédito. Foram proibidos os saques em dinheiro, para o pagamento de passagens aéreas. Nos dois primeiros anos do governo de Luis Inácio Lula da Silva, os gastos com cartões de crédito da Presidência da República somaram R\$ 16,7 milhões. Deste montante os saques em dinheiro alcançaram mais de R\$ 6 milhões.

O Gabinete de Segurança Institucional se nega a dar qualquer explicação sobre as movimentações com os cartões de crédito da Presidência. Alega que o fornecimento destas informações não é permitido por questões de segurança.

É de estarrecer também o aumento dos gastos com passagens e diárias. Em 2004 custaram aos cofres públicos R\$ 1,2 bilhão. Um aumento de 28% em relação a 2003. Somando-se esse valor ao custo do AeroLula (R\$ 126 milhões), atinge-se o montante de R\$ 1,326 bilhão. Isto é: um AeroLula a mais do que o governo gastou, em 2004, com saneamento: R\$ 1,2 bilhão.

Só com a Presidência da República, os gastos com passagens e diárias somaram mais de R\$ 20 milhões.

Calcula-se, em Brasília, que as milhas voadas pelos integrantes do governo do PT dariam para fazer mais de 35 mil voltas ao mundo.

Com a compra de automóveis de luxo importados e acessórios, o governo gastou R\$ 439,7 milhões, mais 44,6% do que em 2003, segundo os dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

Lula afirmou que não haverá a farrá do boi no ano eleitoral de 2006. E não precisa. Ela já existe.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares aprovação para este Requerimento.

Sala das Reuniões, em 23 de março de 2005
<p>Augusto Coutinho Deputado</p>

Requerimento Nº 2550/2005

Requeremos à Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, que seja **Transcrito nos Anais da Assembléia Legislativa** o artigo intitulado **“O JUÍZ CORREGEDOR E A SOCIEDADE”**, de autoria do delegado da Associação Brasileira dos Leiloeiros, Joaquim de Carli de Paula, publicado no Diário de Pernambuco, seção Opinião, em 17 de março de 2005.

Da decisão desta Casa e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Deputado Federal **Roberto Magalhães**, com endereço na Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados - Anexo IV - Gabinete 503 - Brasília -DF - CEP: 70160-900; ao Exmo. Sr. Presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Dr. **José Antônio Macêdo Malta**; ao Exmo. Sr. Corregedor Geral de Justiça, Dr. **Fausto Valença de Freitas**, todos com endereço na Praça da República, s/nº - Santo Antônio - Recife - PE - CEP: 50010-040; a Ilma. Sra. **Clarisse Helena Oliveira De Paula** e ao Ilmo. Sr. **Joaquim de Carli de Paula**, todos com endereço na Estradas das Ubaias, 660 - Apt. 102 - Casa Forte - Recife - PE - CEP: 52061-080.

Justificativa
<p>O artigo supracitado faz referência o 37º Encontro Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça do Brasil (ENCOGE), considerado um instrumento de relevante importância para o aperfeiçoamento de métodos e critérios administrativos.</p> <p>Outrossim, o ilustre autor ressaltava o IV Congresso Nacional de Leiloeiros (CONALEI), a realizar-se de 17 a 19 de agosto do corrente ano, com a finalidade de desenvolver alternativas que viabilizem procedimentos justos e eticamente corretos quanto ao processo de instalação dos leilões judiciais.</p>

Portanto, segue na íntegra o artigo ora referenciado:

“O JUÍZ CORREGEDOR E A SOCIEDADE
É com grande satisfação, que vemos Recife sediar o 37º Encontro Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça do Brasil (ENCOGE), de 15 a 17 de março de 2005, reunindo os 27 estados da Federação, mais o Distrito Federal, e tem como anfitriões o Corregedor Geral da Justiça e atual presidente do Colégio de Corregedores do Brasil, desembargador Fausto Freitas, e o Presidente do Tribunal de Justiça do Estado desembargador Macedo Malta.

O aperfeiçoamento da Justiça com Encontros de Magistrados Corregedores, é de fundamental importância pela trocas de experiências e conhecimento, para uniformização de métodos e critérios administrativos, especialmente sob o ponto de vista da Loman (Lei Orgânica da Magistratura), produzida há 25 anos e o projeto do Estatuto da Magistratura, que vai estabelecer as novas regras a que juizes serão submetidos com a reforma do Judiciário. Nos Tribunais, suas ouvidorias são órgão de representação do cidadão junto ao Poder Judiciário que tem como objetivo, estabelecer canais de comunicação direta entre a sociedade e o Ouvidor, de modo a ampliar a capacidade da população de participar na fiscalização e na avaliação das ações do Poder; melhorar a condição interna de antecipar-se ao surgimento e ao agravamento de problemas de funcionamento do sistema judiciário; Interagir com os órgãos do Poder Judiciário de modo a possibilitar a correção de desvios e distorções existentes no sistema; Informar ao cidadão e a população em geral dos resultados das medidas tomadas, garantindo transparência das ações do Judiciário e o fortalecimento da sua imagem institucional;

Promover um processo educativo que possibilite ao cidadão o conhecimento básico de seus direitos e deveres.

No ano de 2003, presidimos em Recife, o II CONALEI, Congresso Nacional de Leiloeiros, com delegações de 16 estados, além da presença de Don Alfredo Martinez Oliva, presidente da Asociación Americana de Rematadores Corredores Inmobiliários Y Balanceadores, onde, entre outros temas, tratamos da uniformização e consolidação normativa dos leilões judiciais. De 17 a 19 de agosto de 2005, teremos o IV CONALEI, presidido pela Leiloeira Camem Pietoso, a ser realizado em Porto Alegre pelo SINDILEI, Sindicato dos Leiloeiros Oficiais do Rio Grande do Sul e a ABL, Associação Brasileira de Leiloeiros, onde o tema será novamente abordado, em busca dos procedimentos necessários para fornecer resultados, como gestores da qualidade, com elementos e rotinas fundamentais, com um único vocabulário de termos, definições e forma, que determinarão a seqüência e interação desses processos, para garantir procedimentos justos e eticamente corretos quanto a realização dos leilões Judiciais.

Recentemente publicamos algumas linhas sobre a Força e o poder do Martelo, uma matéria para o Jornal da classe dos leiloeiros, o Primeiro Lance, não tratamos do martelo como um objeto, como aparelho de arremesso usado no atletismo, como instrumento de trabalho do escultor, nem mesmo do martelo dos leiloeiros, que em alguns países tem a denominação de nossa atividade, originada de seu nome, MARTILLERO, e de tantos outros. Falamos da força e do poder do que simboliza o martelo, na mão de quem o conduz. É através dele, que se inicia e termina a forma da escultura, pela mão do escultor, que se decreta a sentença pela mão do magistrado, e por onde se concretiza a arrematação pela mão do leiloeiro. É grande a força e o poder do martelo, que deve estar, na habilidade, na imparcialidade, na transparência, na firmeza da mão de quem o segura e o bate, de quem faz a justiça e dá vida à ele, com a fé do seu ofício, através dos valores supremos da ética, iluminada sob a proteção divina.

Esperamos que deus ilumine as mentes dos senhores juizes corregedores dos Tribunais de Justiça, no 37º Encontro Nacional dos Corregedores Gerais da Justiça do Brasil (ENCOGE), para que as decisões tomadas nesse encontro em Recife, dê origem a um fórum nacional, onde a sociedade civil organizada possa também participar, trazendo sugestões”.

Ante o exposto, solicito dos meus ilustres Pares aprovação para este Requerimento.

Sala das Reuniões, em 23 de março de 2005
<p>Augusto Coutinho Deputado</p>

Requerimento Nº 2551/2005

Requeremos a Mesa, ouvido o Plenário e cumpridas as formalidades regimentais, seja transcrito na Ata dos nossos trabalhos legislativos de hoje um VOTO DE APLAUSO ao Magistrado José Alexandre de Vasconcelos Aquino, por ter sido merecidamente indicado para compor o Colegiado de Desembargadores do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Da decisão desta Casa, e do inteiro teor desta proposição, dê-se conhecimento ao Exmo. Sr. Governador do Estado de Pernambuco, Dr. Jarbas de Andrade Vasconcelos, com endereço no Palácio do Campo das Princesas, Praça da República, s/n, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-040; a Exma. Sra. Presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, Des. Margarida Cantarelli, com endereço na rua Cais do Apolo, 925, Recife-PE, CEP: 50050-900; ao Exmo. Sr. presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Des. Macedo Malta, com endereço na Praça da República s/n - Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-040; ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça Dr. Francisco Sales Albuquerque, com endereço na rua do Imperador D. Pedro II, 473, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50.000-000; ao Exmo. Sr. Procurador Geral do Estado, Dr. Sílvio Pessoa de Carvalho, com endereço na rua do Sol, 143, Ed. IPSEP, 1º andar, Santo Antônio, Recife-PE, CEP: 50010-470; a Exma. Sra. Presidente do TRT da 6ª Região, Des. Maria de Lourdes de Araújo Cabral de Melo, com endereço, na rua Cais do Apolo, 719, Bairro do Recife, Recife-PE, CEP:50010-902; ao Exmo. Sr. Presidente do TRE, Des. Eloy D’Almeida Lins, com endereço na Av. Rui Barbosa, 320, Graças, Recife-PE, CEP: 52011-040; a Exma. Sra. Procuradora Regional da União AGU, Dra. Norma Rolim, com endereço na rua da Aurora, 295, Sobreljoa, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-000; e a Exma. Sra. Procuradora Regional Federal - AGU, Dra. Zilma Araújo, com endereço na rua da Aurora, 295, Sobreloja, Boa Vista, Recife-PE, CEP: 50050-000 e ao Ilustre homenageado Des. José Alexandre de Vasconcelos Aquino, com endereço no Palácio da Justiça, Praça da República, s/n, Santo Antônio, Recife-PE, CEP:50040-010.

Justificativa
<p>Poder homenagear nesta Casa de Joaquim Nabuco, a figura ilustre do recém-empossado Desembargador José Alexandre de Vasconcelos Aquino, indicado para compor o Colegiado de Togados do Tribunal de Justiça deste Estado, é no mínimo um grande privilégio do autor desta proposição.</p> <p>Gostaria de aqui poder tecer à altura toda a minha admiração com o dinâmico magistrado, que mais uma vez enobrece a Justiça Pernambucana.</p> <p>Todavia, seguindo a lição do provérbio, impelido pela circunstância, usarei de um instrumento menos valioso para suprir o melhor, e para fazê-lo, certo que queerei o perdão do culto e íntegro homenageado, e a complacência de meus ilustres Pares.</p> <p>Queremos render esta homenagem a quem dela realmente faz jus por múltiplas razões.</p>

Não estamos homenageando somente um profissional operador do direito, mas um homem de caráter primoroso, uma figura que foi alçada ao mais alto grau da Magistratura do Estado, sem necessidade de controvérsias desesajantes, o qual se apresenta na vida social de maneira retilínea, porém despida de qualquer orgulho, que sempre buscou os cenáculos das letras para uma melhor expansão da Justiça, sem preocupar-se com a fama que às vezes tanto envaidece os outros.

Dupla satisfação a nossa, a primeira foi a de ter tido o privilégio de cursar o 3º grau com o atual Desembargador José Alexandre de Vasconcelos Aquino, na Universidade Católica de Pernambuco. Velhos e saudosos tempos aqueles em que José Alexandre, mesmo sem desprezar sua maneira alegre e extrovertida, buscava com tenacidade a conquista do grande ideal de sua vida, ser Desembargador de Justiça.

E, a segunda repito, está sendo a possibilidade de apresentar na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco o presente requerimento o qual tenho certeza, será apreciado e consequentemente aprovado à unanimidade pelos Ilustres Deputados presentes nesta reunião.

Sala das Reuniões, em 28 de março de 2005
<p>Antônio Moraes Deputado</p>

Atas de Comissões

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA da COMISSÃO DE NEGÓCIOS MUNICIPAIS REALIZADA NO DIA DOIS DO MÊS DE MARÇO DE DOIS MIL E CINCO.

Aos dois dias do mês de março do ano de dois mil e cinco, às onze horas, na Sala nº 604, da Comissão de Negócios Municipais, localizada no sexto andar do Anexo I ao Palácio Joaquim Nabuco – Edifício Senador Nilo Coelho, nos termos regimentais e em obediência à convocação por edital do Presidente deste colegiado técnico, reuniram-se os Deputados membros titulares ANTÔNIO FIGUEIRÓA (PSC) e ELIAS LIRA (PFL) e a Deputada membro suplente CEÇA RIBEIRO (Sem Partido), sob a Presidência do Deputado IZAIAS RÉGIS (PTB). Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente deu por iniciada a reunião, com a distribuição, por sorteio, dos seguintes projetos: Projeto de Lei Ordinária nº 859/2005, de autoria do Poder Executivo, relatora Deputada Ceça Ribeiro; Projeto de Lei Ordinária nº 860/2005, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Antônio Figueirôa; Projeto de Lei Ordinária nº 861/2005, de autoria do Poder Executivo, relator Deputado Elias Lira. Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente deu por encerrada a reunião. E, para que tudo conste, eu, George Monteiro Falcão, que secretariei os trabalhos, lavrei e fiz imprimir a presente ata, que vai assinada pelos deputados presentes.

Sala das reuniões, em 02 de março de 2005.
<p>Dep. IZAIÁS RÉGIS PRESIDENTE</p>
<p>Dep. ANTÔNIO FIGUEIRÓA VICE – PRESIDENTE</p>

Dep. ELIAS LIRA
Dep. CEÇA RIBEIRO
Dep. CEÇA RIBEIRO

Sala das reuniões, em 02 de março de 2005.
<p>Dep. IZAIAS RÉGIS PRESIDENTE</p>
<p>Dep. ANTÔNIO FIGUEIRÓA VICE – PRESIDENTE</p>

SEGUNDA ATA DA AUDIENCIA PÚBLICA DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E POLITICA RURAL, REALIZADA NO MUNICIPIO DA PEDRA NA QUADRA POLIESPORTIVA NO DIA 18 DE MARÇO DE 2005.

PRESIDÊNCIA DO DEPUTADO FERNANDO LUPA
<p>Fernando Lupa Presidente</p>

Aos dezoito (18) dias do mês de março (03) do ano de dois e cinco (2005), às dez horas e trinta minutos (10:30h), com a presença dos Senhores Deputados: Fernando Lupa, Izaías Régis, Bruno Araújo, Aurora Cristina, Henrique Queiroz, Claudiano Martins e Marcantonio Dourado, o Senhor Presidente declara aberta a reunião convocando para compor a mesa dos trabalhos os senhores: Francisco Braz, Prefeito da Cidade de Pedra; Arquimedes Valença, Prefeito da cidade Buique; Audálio, Prefeito da cidade de Bom Conselho; Edmilson, Prefeito da cidade de Altinho; Jádriel Cordeiro Braga, Prefeito da cidade de São Caetano; Álvaro Porto de Barros, Prefeito da cidade de Canhotinho; Antonio João Dourado, Ex-Prefeito da cidade de Lajedo; Mardônio Japiassu, Vereador da cidade da Pedra; Paulo Renato, Secretário de Agricultura da cidade de São Bento do Uma; Antônio Carlos, Secretário de Agricultura da cidade de Garanhuns; André Barbosa, representante da ADAGRO; Moshe Dayan, representante do SEBRAE; Everaldo Paes da Silva, representando o Prefeito da cidade de Alagoinha; Luiz Roberto de Lima Botelho, assessor técnico do Banco do Brasil; Malaquias Anselmo de Oliveira, representante da OCEPE/SECOPP; Rômulo Carlos da Silva, gerente da AMDRI e Barbosa Melo, Consultor da MDA / SAF – BSB. Composta a Mesa dos trabalhos o Senhor Presidente da Comissão, Deputado Fernando Lupa, comunica a todos os presentes que será facultada a palavra e, para que ocorra de forma ordenada, solicita que seja feita a inscrição de quem deseje falar. O senhor Presidente passa a palavra pela ordem ao Deputado Izaías Régis que, em seus comentários, fala das dificuldades que o pequeno produtor de queijo enfrenta nos municípios da bacia leiteira e pede que o governo do Estado se empenhe na aprovação deste Projeto. Usando da palavra, pela ordem, o Sr. Antonio Braz, Prefeito da Pedra, fala da importância e da luta que vem travando para que o Projeto do Deputado Claudiano Martins seja aprovado e destaca ainda o sofrimento do povo em relação às dificuldades na comercialização do queijo e que o desejo de todos presentes nesta reunião é que traga um grande avanço para os pequenos produtores de leite da região. O Senhor Presidente da Comissão, usando da palavra, diz que não irá medir esforços para que este Projeto entre em votação no plenário da Assembléia Legislativa de Pernambuco, no prazo de trinta (30) dias. O Deputado Henrique Queiroz fala que o Projeto vem atender uma preocupação na região produtora de queijo de coalho. Pela ordem, com a palavra a Deputada Aurora Cristina, que diz que a sua presença ali é porque conhece muito bem a região e sabe das dificuldades que passam os pequenos produtores da região, citando ainda que todos terão o seu apoio em relação à aprovação do Projeto e sua agilização. Usando da palavra o Deputado Claudiano Martins fala de seu empenho neste Projeto de sua autoria e do apoio que esta recebendo da Comissão de Agricultura junto com seus pares. Ressalta ainda que quando deu entrada no Projeto a sua intenção foi de que os produtores, pequenos e médios, fossem beneficiados ainda com financiamentos para fazer a produção do queijo. O Senhor Presidente passa a palavra ao Senhor Luiz Roberto; técnico do Banco do Brasil que tece comentários a respeito de financiamento, falando que o Banco do Brasil está ali para dar o apoio necessário. A palavra é facultada, pela ordem, a todos os inscritos, que em todos os comentários concordam, no que diz respeito ao Projeto, quanto à regulamentação e fiscalização da produção do queijo de coalho, mas que se faz necessário financiamento aos pequenos produtores, para que eles possam cumprir todas as normas dentro da Lei. O Senhor Presidente, usando da palavra, avalia a vinda da Comissão para a reunião como positiva e não havendo mais inscritos, agradece a presença de todos aqui presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra a presente reunião.

Fernando Lupa
Presidente
Izaías Régis
Aurora Cristina